



# CEAGESP

**A comida dos brasileiros  
passa por aqui**





**DESAFIOS DO CEAGESP. Pág. 34**

PAUTA TRABALHISTA ENFRENTARÁ UM CONGRESSO HOSTIL .....5  
 A UNIDADE E O FORTALECIMENTO DA LUTA DOS COMERCIÁRIOS BRASILEIROS .....6  
 2014 – UM ANO MARCADO POR LÁGRIMAS E VOTOS .....8  
 APOSENTADOS UGETISTAS SE ORGANIZAM EM NÚCLEOS ESTADUAIS .....9  
 SINDICATO DOS PADEIROS DE SP PROMOVE SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO .....10  
 COMERCIÁRIOS DO PARÁ CONQUISTAM IMPORTANTE VITÓRIA .....13  
 EMPRESAS DE APLICATIVOS NÃO CUMPREM CONVENÇÃO COLETIVA .....14  
 CENTRAIS SINDICAIS UNIDAS NO DIA MUNDIAL DO TRABALHO DECENTE .....16  
 FOTOGRAFIA DIGITAL É TEMA PARA FORMAÇÃO DE JOVENS INDÍGENAS .....18  
 É PRECISO DEMOCRATIZAR AS TELECOMUNICAÇÕES .....21  
 ACABAR COM O DIREITO DE GREVE NOS CONVERTERIA A ESCRAVOS .....22  
 A UGT E O COMBATE A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA .....24  
 DIRIGENTES UGETISTAS DO NORTE E DO NORDESTE PARTICIPAM DE SEMINÁRIO NO AMAZONAS .....26  
 UGT PARTICIPA DAS DISCUSSÕES DA CONAE .....28  
 36 HORAS: GARIS DE OLHO NO CONGRESSO NACIONAL .....30  
 JUVENTUDE, DIVERSIDADE E IGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO .....31  
 PARANÁ SEDIA ENCONTRO DE ADVOGADOS SINDICAIS DO SETOR PÚBLICO .....32  
 SINDICALISTAS DISCUTEM OS RUMOS DA UGT PARA 2015 .....38  
 EM PROL DA SAÚDE, UGT PROPAGA CONSCIENTIZAÇÃO .....40  
 A FORMAÇÃO QUE QUEREMOS .....44  
 2015: A JANELA PARA A CONSTRUÇÃO DA SINERGIA TRANSFORMADORA .....46  
 ALIADA AO TRABALHADOR, UGT TRAÇA METAS RUMO À COP20 .....48  
 A LUTA CONTRA O TRABALHO INFANTIL ESTÁ NO DNA DA UGT .....52  
 MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA .....56  
 BANCOS RESTRINGEM A ENTRADA DE CLIENTES .....57  
 A LUTA DA JUVENTUDE PELA CONQUISTA DA SEGURIDADE SOCIAL .....58  
 UGT E UAW FAZEM ATO NO SALÃO DO AUTOMÓVEL DE SÃO PAULO .....60  
 É PRECISO CUIDAR BEM DO CORAÇÃO .....62  
 UGT E SINDIMOTORISTAS INTENSIFICAM LUTA CONTRA QUEIMA DE ÔNIBUS .....64

**RUMO AO 3º CONGRESSO**



**P**restes a completar 8 anos de história, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) se prepara para realizar seu 3º Congresso Nacional, consolidando-se como a terceira maior central sindical do País, com mais de 1.200 sindicatos e federações filiadas e representando 8 milhões de trabalhadores(as) de todas as categorias profissionais.

Nesse grande evento, a UGT pretende tornar ainda mais sólidos os ideais de cidadania, ética e inovação na prática sindical, que possibilitaram à central se tornar aquela que mais cresce no Brasil desde sua fundação.

E isso enche todo ugetista de orgulho. Mas nós queremos mais. Não aceitamos o trabalho infantil, o analfabetismo, a precarização do trabalho, a exploração sexual, a opressão dos mais fracos e o trabalhador sempre pagando a conta quando os lucros das empresas e a arrecadação do Governo começam a cair.

Travaremos intenso combate, sempre ao lado dos brasileiros e das brasileiras, para que essas e outras mazelas sociais e também todos os problemas que existem no mundo do trabalho sejam apenas uma triste memória em nosso País.

**Marcos Afonso de Oliveira**  
Secretário de Imprensa da UGT

**EXPEDIENTE**

**Presidente**

Ricardo Patah

**Conselho Editorial**

Antonio Carlos Reis  
 Enilson Simões de Moura  
 Laerte Teixeira da Costa  
 Antônio M. Thaumaturgo Cortizo  
 Lourenço Ferreira do Prado  
 José Roberto Santiago  
 Davi Zaia  
 Severino Ramos  
 Canindé Pegado  
 José Moacyr Pereira  
 Francisco Pereira de Souza Filho  
 Benedito Antonio Marcelo  
 Marcos Afonso de Oliveira  
 Valdir Vicente de Barros  
 Eleuza de Cássia Buffelli Macari  
 Josineide de Camargo Souza

**Secretário de Imprensa da UGT**

Marcos Afonso de Oliveira  
MTb 62.224

**Jornalista Responsável**

Mauro Ramos  
MTb 11.875

**Edição**

Elaine Gazonni

**Redação**

Fábio Ramalho  
 Giselle Corrêa  
 Joacir Gonçalves  
 Mariana Veltri

**Programação Visual, Artes e Diagramação**

Antonio Laudate

**Fotos**

FH Mendes / Arquivo da UGT

**Revisão**

Ana Castanho



**UM GOLPE CONTRA OS MAIS VULNERÁVEIS**

**Ricardo Patah,**  
presidente nacional da UGT

**A**o apagar das luzes de 2014, o Governo editou as Medidas Provisórias (MPs) 664/14 e 665/14. Esse ato foi um duro golpe contra os trabalhadores, pois elas constituem um ataque e retrocesso aos direitos trabalhistas duramente conquistados pelo nosso povo.

As MPs restringem o acesso da população e dos trabalhadores a benefícios previdenciários e trabalhistas, contrariando o que a então candidata à reeleição, Dilma Rousseff, afirmara durante a campanha eleitoral, que não mudaria para pior direitos na legislação trabalhista.

A ação revelou uma falta de respeito às centrais sindicais, que deveriam ser ouvidas e levadas em conta quando se trata de discutir os direitos dos trabalhadores.

As medidas do Governo, na verdade, representam a tentativa de uma reforma da Previdência para retirar direitos dos trabalhadores e um arrocho fiscal-trabalhista que cai mais uma vez nas costas dos trabalhadores.

As medidas baixadas no âmbito do seguro-desemprego penalizam os trabalhadores e trabalhadoras jovens que estão ingressando no mercado de trabalho e também os trabalhadores nos setores com menor especialização, onde a rotatividade de mão de obra atinge níveis assustadores.

Por outro lado, dados do Dieese apontam que 90% dos trabalhadores demitidos no Brasil têm menos de um ano de trabalho. Esses números, por si só, significam que as medidas anunciadas representam um golpe contra os trabalhadores mais vulneráveis.

O arrocho fiscal-trabalhista e a tentativa de se praticar uma reforma previdenciária penalizam exclusivamente os trabalhadores e não criam nenhuma obrigação às empresas, que continuam a usufruir de todo tipo de benefícios fiscais, enquanto os trabalhadores, além de amargarem uma defasagem que passa de 60% da Tabela do Imposto de Renda, veem seu saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que é reajustado anualmente pela taxa referencial mais 3%, perder todo ano para a inflação.

A UGT, que representa 8 milhões de trabalhadores, 1.300 sindicatos e federações, está mobilizando toda sua força para atuar no Congresso Nacional, pressionando deputados e senadores a não aprovarem as medidas golpistas.

É certo que o Brasil precisa urgentemente de uma reforma fiscal que, objetivando justiça tributária e fiscal, redefina em sentido democrático e progressista a natureza tributária, tanto em termos de arrecadação quanto em termos de distribuição do bolo.

Para o Governo, as MPs que afetam diretamente os trabalhadores representam uma economia de R\$ 18 bilhões. Ora, só com a redução da taxa Selic em 1% haveria a redução em R\$ 24 bilhões de gastos com juros. Dinheiro esse que sai do bolso da população para os cofres dos banqueiros e especuladores. E mais: o aumento da Selic compromete os investimentos produtivos e é uma ameaça ao emprego.

Afora essa medida, a arrecadação teria um ganho substancial se houvesse a regulamentação do imposto sobre as Grandes Fortunas, uma tributação prevista no artigo 153, VII da Constituição Federal. Para isso, basta tão somente a regulamentação pelo Congresso nacional para ser aplicado. Atitude muito mais justa do que restringir benefícios previdenciários e trabalhistas, entre eles o seguro-desemprego, pensão por morte e o seguro-defeso para o pescador artesanal, como pretende o Governo.

A reforma fiscal se faz necessária, mas é imperiosa a reforma política e eleitoral, que amplie a democracia, garanta maior participação popular, fortaleça os partidos e as instituições democráticas e, principalmente, combata as relações espúrias do dinheiro, sepultando definitivamente a contribuição das empresas para as campanhas políticas.





1º DE MAIO DE 2015

OS TRABALHADORES E OS

30 ANOS DE DEMOCRACIA



Rua Aguiar de Barros, 144 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP: 01316-020 - Tel.: (11) 2111-7300

# PAUTA TRABALHISTA ENFRENTARÁ UM CONGRESSO HOSTIL

Nas eleições de 2014, representantes das classes sindicais diminuem no Congresso Nacional. Classe empresarial mantém bancada significativa de parlamentares.



Com o resultado das eleições de 2014, em que o número de representantes da classe trabalhadora caiu pela metade no Legislativo e passará dos atuais 83 parlamentares para 46, o movimento sindical vai ter que se reorganizar se quiser fazer valer as propostas da extensa pauta trabalhista em tramitação no Congresso Nacional.

O alerta é do vice-presidente nacional da UGT, Roberto Santiago, que defende uma presença massiva dos trabalhadores na Câmara para pressionar os deputados a votarem em defesa de novas conquistas e avanços sociais.

Por outro lado, a bancada empresarial, mesmo perdendo mais de 50 representantes, passando dos atuais 246 parlamentares para 190, manteve composição significativa na Câmara e no Senado.

Todos os números no Congresso podem mudar com as definições do Planalto sobre os cargos no Executivo, mas, ainda que nomes sejam cotados, o equilíbrio de forças dificilmente será alcançado. Ao lado dos sindicalistas e dos parlamentares comprometidos com a classe trabalhadora, estão outros setores considerados vulneráveis como: os

movimentos indígenas e a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis).

Diante dos resultados das urnas, especialistas do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) concluíram que a nova composição do Congresso é a mais conservadora desde 1964, pelo número de parlamentares eleitos ligados a segmentos militares, policiais, religiosos e ruralistas. O analista político do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, prevê que, com essa composição, a tendência é que "algumas conquistas, como a garantia dos direitos humanos, sejam interrompidas ou até regridam".

Em abril de 2014, as centrais sindicais entregaram ao então presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, a pauta positiva, que inclui projetos considerados prioritários para classe trabalhadora, como a redução da jornada de trabalho, fim do fator previdenciário, correção da tabela do Imposto de Renda, entre outros.

## PRINCIPAIS ITENS DA PAUTA TRABALHISTA

- Manutenção da política de valorização do salário mínimo
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário
  - Fim do fator previdenciário
  - 10% do PIB para a educação
- 10% do orçamento da União para a saúde
- Regulamentação da Convenção 151 da OIT (Negociação Coletiva no Setor Público)
- Combate à demissão imotivada, com a aprovação da Convenção 158 da OIT
- Igualdade de oportunidades e de salários entre homens e mulheres
- Correção da tabela do Imposto de Renda
  - Não ao PL 4.330 da terceirização
  - Reformas Agrária e Agrícola
  - Transporte público de qualidade
- Redução dos juros e do superávit primário
  - Valorização das aposentadorias



Roberto Santiago é vice-presidente nacional da UGT



# A UNIDADE E O FORTALECIMENTO DA LUTA DOS COMERCÍARIOS BRASILEIROS

O ano de 2015 começou com diversos desafios para o Governo Federal, principalmente no que se refere à luta da classe trabalhadora do comércio brasileiro, que entregou à presidenta Dilma Rousseff um documento intitulado “Carta de Belo Horizonte”, em que dirigentes sindicais comerciários de todo o Brasil fizeram um levantamento sobre as principais necessidades e os anseios desta que é uma das mais importantes categorias profissionais do País.

O documento foi tirado da Plenária Nacional dos Dirigentes Sindicais Comerciários da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que aconteceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, nos dias 30 e 31 de outubro, e reuniu sindicalistas de diversos estados da Federação.

O evento contou com a presença de líderes como Canindé Pegado, secretário Geral da UGT; José Cloves Rodrigues, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana; Márcio Fatel, presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado da Bahia e secretário do Trabalhador no Setor de Comércio da UGT; Cleber Paiva, Federação dos Comerciários do Rio de Janeiro e Espírito Santo; Lourenço Ferreira do Prado, vice-presidente da UGT nacional; Valmir de Almeida, da Federação dos Comerciários do Norte e Nordeste; além dos presidentes e representantes das estaduais da UGT Minas Gerais, Ademir Camilo; Pará, José Francisco; Espírito Santo, Ari George; Santa Catarina, Waldemar Schulz (Mazinho); Goiás, Jacira Carvalho; Rondônia, Francisco Lima; Ceará,

## Dirigentes sindicais comerciários do País participam de Plenária e elaboram documento sobre as principais necessidades da maior categoria profissional do Brasil

Agenor Lopes da Silva; Rio de Janeiro, Sérgio Luiz; e Piauí, Celso Henrique.

“O evento traduziu o que o trabalhador precisa e vai precisar de cada dirigente sindical nesses próximos anos para que efetivamente melhorem suas condições de trabalho. Uma profissão antiga, mas muito recente na sua regulamentação e com grandes desafios”, explica Ademir Camilo.

Segundo Márcio Fatel, a Plenária, que teve como objetivo debater e discutir os assuntos que norteiam os interesses da categoria comerciária, cumpriu também o papel de unir ainda mais os sindicatos de comerciários ligados à UGT e fortalecer a luta da categoria. “Durante o encontro, foram debatidas todas as questões que envolvem o trabalho no comércio. Discutimos a regulamentação da profissão, o combate a toda e qualquer forma de assédio e a valorização da categoria de forma geral. Esta plenária promoveu a integração das entidades sindicais filiadas à UGT e que representam os comerciários no Brasil inteiro.”



*Ricardo Patah reforçou a importância da UGT ser a entidade que mais representa trabalhadores do comércio brasileiro e o que isso representa para o avanço das pautas de luta da categoria*

Nesses dois dias de plenária, os dirigentes sindicais abordaram temas como o piso salarial nacional do setor, os acordos que são fechados com grandes redes varejistas, jornada de trabalho, entre outros. “Este encontro é fundamental para entrarmos 2015 com uma proposta de organização e planejamento, pois, em tese, esta é uma categoria que conquistou sua carta de alforria ao deixar de ser função para ser uma profissão, contudo este é o primeiro passo e é preciso avançar ainda mais”, reforça José Francisco.

## PISO NACIONAL

Entre os temas que foram abordados durante o encontro, a questão da criação de um piso salarial nacional para a categoria ganhou destaque. “Em empresas com representação nacional, o trabalhador e a trabalhadora estão lá diariamente para desenvolver o seu trabalho, que é o mesmo seja no norte ou no sul do País. Mesmo assim, empresas como Walmart ou Carrefour chegam a pagar R\$ 2 mil numa região e R\$ 800 em outra”, explica Ricardo Patah, presidente da UGT.

No encontro, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC) e vice-presidente da UGT, Lourenço Prado, fez uma análise sobre como a categoria bancária conquistou o piso nacional e quais os desafios que os comerciários precisam vencer para alcançar este objetivo.

Segundo Lourenço, a luta dos comerciários é positiva porque o preço dos produtos vendidos no comércio é equivalente em todo o Brasil, o que faz com que os empregadores, sejam regionais ou nacionais, possam pagar Participação em Lucros ou Resultados (PLR) e um piso salarial unificado, com data-base unificada. “Isso é possível porque o lucro é igual para todos, o que difere é o tamanho da empresa. Se ela for grande, o lucro é maior, mas se ela for pequena, o lucro é menor.”

No encontro, foi feita a proposta da criação de uma comissão de estudo para analisar as etapas que os comerciários terão de vencer para alcançar a nacionalização do piso salarial da categoria. “Esta foi uma proposta importante, pois acho que devemos começar por aí, analisando e unificando as entidades em todo o País, montar o processo de sistematização, discutir e essa comissão tocaria o processo”, conclui Lourenço.



# 2014

## UM ANO MARCADO POR LÁGRIMAS E VOTOS



Imagem: Marcello Casal Jr. Agência Brasil

Imagem: Antonio Augusto / Câmara dos Deputados

de escrupulos e de cidadania. Podemos contar nos dedos das mãos quais parlamentares estão de fato comprometidos com uma agenda trabalhista no Estado e no Congresso Nacional.

E assim como as derrotas sofridas na Copa, nós, nesse tempo presente, e nossas futuras gerações sofreremos as amarguras do voto inconsequente. Dois mil e quatorze foi, sem dúvidas, um ano marcado na história brasileira. Aos dirigentes sindicais, cabe, em 2015, refletir sobre os descaminhos desse ano que fica no passado e reavaliar os rumos de um movimento sindical cada vez mais unido e fortalecido, em condições de igualdade para exigir os legítimos direitos da classe trabalhadora, tão ameaçados por quem nos governa.

O ano de 2014 ficará marcado para as futuras gerações de forma dicotômica: da euforia da realização da Copa do Mundo de Futebol em terras brasileiras às lágrimas das insanas derrotas para alemães e holandeses; a mais acirrada das disputas eleitorais dessa nova era democrática à luz que se vislumbrava no fim do túnel com a possibilidade de um novo governo para a República.

Mas o que interessa tudo isso para a classe trabalhadora? Nós, povo brasileiro, admiramos nossas conquistas e amarguramos nossas derrotas de uma forma até mesmo apaixonada. Quiçá os trabalhadores transferissem toda essa carga emo-

**"A derrota na Copa do Mundo, de alguma forma, foi transferida para as urnas e nós, trabalhadores, deixamos de eleger nossos legítimos representantes"**

cional para as decisões políticas da Nação. Assim teríamos mais representantes da classe trabalhadora nos poderes executivo e legislativo.

Infelizmente, a anestesia gerada pelos gols perdidos e, principalmente, os sofridos,

foi transferida para as urnas. E, de uma forma descomunal, nós, trabalhadores, deixamos de eleger nossos legítimos representantes, diminuindo sensivelmente nossa bancada de parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O eleitor que foi às urnas sorveu da mesma solução alucinógena dispersada nos estádios de futebol. E, dessa forma, foram eleitas muitas pessoas sem o mínimo



Paulo Rossi é presidente da UGT-Paraná; do Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e de Entrega de Avisos do Paraná (Sineepres); e Secretário de Relações Internacionais da Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes (Fenascon)

## APOSENTADOS UGETISTAS SE ORGANIZAM EM NÚCLEOS ESTADUAIS

O Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (SINDIAPI-UGT), que tem forte representação nacional e ao longo dos anos se consolidou como uma importante ferramenta na defesa dos direitos dos brasileiros e brasileiras aposentados, terá, neste ano de 2015, um grande desafio que é o de criar núcleos do sindicato em todos os estaduais da federação.

Esta é uma medida que visa o fortalecimento das ações desenvolvidas pelo SINDIAPI também no âmbito regional para promover programas de prestação de serviço nas áreas de assistência jurídica, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, turismo, crédito bancário, entre outras ações que buscam beneficiar, proteger e assegurar melhores condições de vida para a categoria.

O SINDIAPI tem como principais bandeiras de luta a extinção do famigerado fator previdenciário, a recuperação do poder de compra da população aposentada, criação de um índice nacional de preços para a 3ª Idade, formação da Secretaria dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, subordinada ao gabinete da presidência da república, fortalecimento do conceito de Aposentadoria Decente, entre outras pautas de reivindicação.

"Nossa luta por dignidade para todos os idosos do Brasil, a partir de agora entra numa nova fase, em que buscaremos fazer um levantamento para descobrir quais são os problemas regionais referentes a 3ª idade, como acessibilidade e saúde, por exemplo, para podermos associar as reivindicações nacionais da categoria e, ai sim, buscar a construção de políticas públicas mas eficazes para este setor", explica Natal Leo, presidente do SINDIAPI-UGT.

### Melhor qualidade de vida e dignidade para os idosos do Brasil

Desde que foi criado no interior da UGT, uma entidade que luta por uma sociedade mais justa e igualitária, praticando um sindicalismo ético, democrático e inovador, o SINDIAPI vem desenvolvendo ações de fundamental importância para os aposentados e pensionistas do País. Natal Leo, presidente nacional, relata essa trajetória de luta e enfatiza como sua regionalização fortalece as ações que já existentes.



Natal Leo é presidente do SINDIAPI-UGT (Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores)

**Revista UGT: Como a regionalização do SINDIAPI fortalece essa luta?**

**Natal Leo:** É evidente que aumenta nossa responsabilidade, mas nos possibilita mapear quais os principais problemas vividos pelos aposentados em seu domicílio, o que amplia nossa luta para o âmbito municipal, mas que por outro lado, fortalece nossas reivindicações junto ao governo federal.

**UGT: Para o SINDIAPI qual o principal fator que faz com que no Brasil os idosos sofram tanto?**

**Natal Leo:** Creio que não é um fator, mas um conjunto de fatores que vão desde a falta de fiscalização na aplicação das leis voltadas aos idosos, até as questões que envolvem a correção das aposentadorias, que não acompanham a inflação e tiram o poder de com-

pra dos aposentados, assim como o fator previdenciário. Por isso que o SINDIAPI propõe a Criação do Índice Nacional de Preços para a Terceira Idade, destinado a medir o índice de inflação para famílias compostas por idosos; Reajuste e recuperação do poder de compra dos benefícios dos aposentados e pensionistas que recebem acima de um salário mínimo; criação da Secretaria dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, subordinada ao Gabinete da Presidência e constituída por representantes dos diversos Ministérios, com a finalidade de coordenar a implementação de Projetos e Programas destinados aos Aposentados, Pensionistas e Idosos, entre outras propostas que são ligadas a saúde, educação e lazer.



# SINDICATO DOS PADEIROS DE SÃO PAULO PROMOVE SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

O Seminário Anual de Planejamento e Organização promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo, filiado à UGT, abordou temas importantes como a NR05 (CIPA), Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; a NR12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; Conjuntura Política Sindical; Conjuntura Política Nacional; Ministério Público do Trabalho e o Movimento Sindical; entre outros. O evento reuniu mais de 500 participantes, entre cipeiros da Panificação e Confeitaria, diretores, assessores do Sindicato, além de dirigentes da Federação Nacional dos Padeiros (Febrapan), entre os dias 4 e 6 de dezembro último. É possível assistir às palestras e debates acessando o site do Sindicato: [www.padeiros.org.br](http://www.padeiros.org.br).

No discurso de abertura do evento, Francisco Pereira de Sousa Filho, Chiquinho Pereira, presidente do Sindicato dos Padeiros/SP e Secretário de Organização e Políticas Sindicais da UGT, ressaltou a importância do Seminário, destacando que a "iniciativa representa um importante espaço de debate e organização para os trabalhadores, principalmente do setor da panificação e confeitaria". Na mesa de abertura, tivemos a presença de Carlos J. Silva, Sindicato dos Padeiros do Rio de Janeiro.; Leonardo Cáceres, técnico em Segurança do Trabalho do Sindicato dos Padeiros/SP; Adir de Souza, presidente do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Paraná (SINTESPAR) e UGT; Dra. Aida Cristina Becker, Ministério do

## Encontro abordou a NR05 – CIPA, NR12, Conjuntura Política Sindical, entre outros temas

Trabalho e Emprego (MTE); Cleonice Caetano de Souza, Secretária Nacional Saúde e Segurança da UGT; Natal Leo, Sindicato Nacional dos Aposentados, UGT; prof. Erledes Elias da Silveira e Ismael Gianieri, ambos da UGT.

O primeiro dia do evento foi dedicado à Saúde e Segurança do Trabalho e trouxe especialistas que abordaram as Normas Regulamentadoras NR 05 e 12, que tratam o

tema. Os representantes da CIPA do setor participaram das palestras sobre a NR05 CIPA, ministrado por Adir de Souza; posteriormente pela Dra. Aida Cristina, Ricardo Rosa e Hildeberto Nobre, técnicos do MTE, que falaram sobre a NR12, Norma Regulamentadora que exige o uso de máquinas e medidas de proteção que garantam a saúde e a integridade física dos trabalhadores. No dia 4, o evento foi transmitido ao vivo pela internet, diretamente do Hotel Braston. As atividades dos dias 5 e 6 aconteceram no auditório principal do Sindicato.

O Procurador do Ministério Público do Trabalho e coordenador da Coordenadoria Nacional da Liberdade Sindical (CONALIS), Dr. Francisco Gerson Marques, ministrou a palestra Ministério Público do Trabalho e o Movimento Sin-



Fotos: Neguita



Cipeiros da panificação e Confeitaria após palestras na sede do sindicato (foto acima)

Ao lado, mesa de abertura (da esquerda para a direita): Carlos J. Silva, Sindicato dos Padeiros/RJ; Leonardo Cáceres, Técnico Segurança do Trabalho, Sindicato dos Padeiros/SP; Adir de Souza, presidente do Sindicato Tec. Seg. Paraná e UGT; Dra. Aida Cristina Becker, MTE; Chiquinho Pereira, presidente do Sind. Padeiros/SP e UGT; Cleonice Caetano de Souza, Sec. Nacional Saúde Seg./UGT; Prof. Erledes Elias da Silveira, UGT; Ismael Gianieri, UGT; Natal Leo, presidente Sind. Nacional dos Aposentados e Pensionistas da UGT

dical, dia 5. "O grande capital não quer a organização dos trabalhadores", comentou. "Reajustes salariais acima dos índices da inflação foram uma vitória dos sindicatos", acrescentou Marques. "Conquistas materiais são boas, mas é preciso mais dos sindicatos. Conversar sobre ética, honestidade, democracia", argumentou.

Posteriormente, grupos de trabalhos discutiram as atividades de 2014 dos departamentos internos (Jurídico, Imprensa, Esportes, Saúde e Segurança do Trabalho) e traçaram as perspectivas para as atividades de 2015, entre outros temas. A palestra Conjuntura Eco-



nômica Nacional, Internacional e os Caminhos da Indústria de Panificação, proferida pela professora Dra. Maria Alejandra Madi, encerrou as atividades do dia. Além de traçar um panorama sobre economia nacional e mundial, com enfoque no baixo crescimento da economia, a professora discorreu sobre a reforma ministerial da pasta e a falta de diretrizes do País.

Erledes iniciou as atividades do último dia com a palestra "Sindicalismo nos Padeiros: Repensando Caminhos para a Efetiva Participação nas Políticas Públicas e Sociais". Posteriormente, a Dra. Silvia B. S. de Moura, advogada do Sindicato, discorreu sobre a Conjuntura Político-Sindical. Finalizando o Seminário, os grupos apresentaram suas conclusões sobre a atuação do Sindicato em 2014 e discutiram os Planos de Ação para 2015, definindo as principais ações para o aperfeiçoamento do trabalho, tanto na esfera política quanto sindical.

Reforçar a luta para avançar nas conquistas, melhorando os direitos previstos na Convenção Coletiva (CCT) e as condições de vida dos trabalhadores, e concentrar ainda mais força para que todas as empresas do setor cumpram a NR 12, obrigando as padarias a instalarem maquinários e equipamentos seguros, são algumas das importantes resoluções do Seminário. A construção de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda, emprego, saúde, moradia, educação e transporte de qualidade para todos, também faz parte da meta de luta do Sindicato dos Padeiros/SP para 2015.

**Dra. Aida Cristina e Chiquinho Pereira. O presidente ressaltou o intenso trabalho do Sindicato para assegurar o cumprimento da NR 12**



### Acidentes de trabalho com máquinas

Preocupado em melhorar a saúde e segurança da categoria, o Sindicato reuniu no Seminário os cipeiros eleitos para missão importante: intensificar a prevenção dos perigos existentes nas máquinas e equipamentos usados nas empresas de panificação, evitando assim acidentes e mutilações.

Chiquinho Pereira recordou o movimento de empresários pela anulação da NR 12 e ressaltou o intenso trabalho do Sindicato para assegurar seu cumprimento. Reafirmou que a segurança e a saúde dos trabalhadores são importantes bandeiras de luta do Sindicato. Durante sua fala, o presidente reforçou "a necessidade do Sindicato permanecer atuante e alerta no propósito do cumprimento da NR12". Argumentou ainda sobre a urgência de

ampliar essa luta, assegurando que trabalhadores de todo Brasil tenham mais segurança, acabando com as vergonhosas mutilações no País.

No Brasil, apenas entre 2011 e 2013, tendo como agente causador o trabalho com máquinas, um trabalhador morreu a cada três dias, 10 sofreram amputações e mais de 30 algum tipo de fratura. Nesse período foram identificados 172.115 acidentes do trabalho com agentes causadores relacionados a máquinas, com 358 mortes e 10.710 amputações. "Em 2013, dados do Ministério da Previdência Social acusam cerca de 717,9 mil acidentes do trabalho", disse a Dra. Aida Cristina.

Os cipeiros debateram amplamente com os especialistas, tornando-se agentes multiplicadores. Mais uma vez essa iniciativa do Sindicato servirá para conscientizar a categoria e multiplicar o conhecimento nas panificadoras.

## COMERCIÁRIOS DO PARÁ CONQUISTAM IMPORTANTE VITÓRIA



**Estabelecimentos comerciais paraenses só poderão abrir aos domingos se constar em acordo coletivo firmado entre a classe trabalhadora e as empresas**

O ano de 2014 foi um período importante para os trabalhadores e trabalhadoras do comércio paraense, pois, graças à luta da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços dos Estados do Pará e Amapá, o setor conquistou, em outubro, uma importante vitória, já que o julgamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) deu parecer favorável à categoria, proibindo que os estabelecimentos comerciais abram aos domingos sem que haja acordo firmado em negociação coletiva.

Esta era uma reivindicação antiga, pois existiam redes de supermercados e shoppings centers que, protegidas por liminares, persistiam em abrir aos domingos e, como se não bastasse, conseguiam com que a delegacia regional do trabalho não fiscalizasse suas atividades.

Segundo o artigo 06 da Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, que trata da autorização do trabalho aos domingos nas atividades do comércio em geral, em parágrafo único a redação específica que essa atividade deve respeitar as

demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva, o que não vinha acontecendo no Pará.



**José Francisco de Jesus Pantoja Pereira é presidente da UGT-Pará**

Desde 2005, a Federação já vinha brigando na Justiça para que a legislação fosse respeitada. Para José Francisco de Jesus Pantoja Pereira, o Zé Francisco, presidente da Federação e da UGT Pará, esta foi uma grande conquista para a categoria.

### Uma decisão que valeu por muitas

Mirando nas liminares que o Grupo Líder usava, a Federação e as entidades que representam os comerciários na região lutaram incansavelmente para alcançar seus objetivos, contudo a decisão do TST influenciou, diretamente, na derrubada de uma votação que estava em pauta na Câmara Municipal de Belém.

Em audiência realizada em novembro e que contou com a presença de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os vereadores decidiram voltar atrás na decisão de mudar a lei que autorizaria todos os comércios da região a abrirem aos domingos e feriados sem que houvesse negociação sindical e a mesma constasse em Convenção Coletiva de Trabalho.



# EMPRESAS DE APLICATIVOS NÃO CUMPREM CONVENÇÃO COLETIVA



Todo cuidado é pouco, tanto do tomador de serviço que não está contratando mão de obra especializada, quanto do próprio motociclista profissional que não recebe seus direitos garantidos por lei. O pior é em caso de acidente: trabalhador fica à mercê da própria sorte



O Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas de São Paulo (SindimotoSP) se posiciona contra os aplicativos eletrônicos, pois, até o presente momento, estão de forma clandestina e fazem regredir o trabalho dos últimos sete anos do Sindicato, passando por cima da Lei Federal 12.009, da Lei Municipal 14.491 e das Convenções Coletivas assinadas entre os sindicatos laboral e patronal.

O problema começa quando as empresas de aplicativos passam a receber as corridas tornando-se fontes receptoras e pagadoras. Segundo as leis vigentes, elas precisam pagar impostos como Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (INSS), Contribuição sobre o Lucro, Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e outros. Quando não pagam, enquadram-se como falsas cooperativas de mão de obra, tornando-se empresas clandestinas.

Isso passa a ser concorrência desleal com as empresas express em dia com as legislações existentes e que trabalham dentro da lei. A nossa preocupação no SindimotoSP é com o trabalhador, pois elas não pagam impostos e muito menos os direitos do trabalhador, como aluguel da moto, cesta básica, vale-refeição, seguro de vida e odontológico, entre outros, já fixados em Convenção Coletiva.

Se fizermos uma conta básica, percebe-se que o motociclista profissional, fazendo em média 10 entregas através de aplicativos, ganha menos do que o trabalhador espo-



Gilberto Almeida dos Santos é presidente do Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas de São Paulo (SINDIMOTOSP)

rático ou registrado em carteira e, ainda por cima, não recebe nenhum direito obrigatório que consta na Convenção Coletiva. Além disso, não tem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias, 13º, etc. O pior de tudo é em caso de acidente, pois está abandonado à própria sorte. Como não existe o vínculo empregatício, a empresa do aplicativo não se responsabiliza pelo trabalhador.

Os Ministérios das Cidades, da Previdência Social, do Trabalho e da Saúde desenvolvem ações e projetos para diminuir os acidentes de trabalho do setor e esses aplicativos estimulam a competição entre os trabalhadores, desrespeitando também a Lei Federal 12.436/11, que veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais.



# CENTRAIS SINDICAIS UNIDAS: O GRANDE MARCO DO DIA MUNDIAL DO TRABALHO DECENTE

Com o tema “Justiça para os Trabalhadores e Trabalhadoras, Justiça Climática”, a Jornada Mundial do Trabalho Decente, organizada pela Confederação Sindical Internacional (CSI), reuniu, em outubro, centenas de pessoas em frente à Superintendência Regional do Trabalho, no centro de São Paulo. A União Geral dos Trabalhadores (UGT) e demais centrais sindicais filiadas à CSI entregaram o documento oficial com a agenda de reivindicações da classe trabalhadora.

Para que se possa dar voz e fortalecimento aos direitos do trabalhador, é importante que se tenha unidade entre seus representantes. João Felício, presidente da CSI, destacou a importância deste ato unificado.

## Pauta sustentável e justiça entraram na agenda da classe trabalhadora por mais fiscalização

“Este dia é de uma importância muito grande, com as centrais sindicais do mundo todo reunidas para fazer essa mobilização ao mesmo tempo. Falta a classe trabalhadora mundial começar a carimbar os dias do ano na luta pelos seus direitos, pela sua agenda. É essa a



**Ricardo Patah,** presidente nacional da UGT, defende mais unidade de ação para que se inicie o processo da valorização do ser humano



CSI que a gente quer. Não queremos uma CSI de gabinete, de escrivanhinha, uma CSI que apenas orienta, mas uma CSI que vá para a rua, que mobilize, que enfrente o capital, que enfrente o patrão, que enfrente os governos na defesa do trabalhador”, comemora Felício.

Para o presidente da CSI, falar de direitos do trabalhador é pensar num mundo com justiça climática, com valorização dos aposentados, da juventude e do meio ambiente. Pensar em trabalho decente é atentar contra os trabalhos precários, é dar voz ao trabalhador nos organismos internacionais.

Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, defende mais unidade de ação para que se inicie o processo da valorização do ser humano e, então, para que se possam fazer mudanças importantes no País. “Quando pensamos em informalidade no trabalho, pensamos logo nos comerciários, lembramos dos terceirizados, que ainda exercem trabalhos precarizados, mas esquecemos que muitos trabalhadores qualificados também estão fora do trabalho decente. Precisamos incluir as pessoas que estão à margem da cidadania”, ressalta.

Luiz Antônio de Medeiros, superintendente do Trabalho, que recebeu o documento oficial das centrais, reforça que o Ministério do Trabalho está sucateado, sem representatividade fiscal, mas que tem apenas um lado, que é o do trabalhador. “O Ministério do Trabalho está sempre aberto para receber todos os sindicatos e nossa prioridade tem sido o combate ao trabalho precário”, frisa, lembrando que o trabalho escravo não está apenas na ilegalidade das indústrias de confecções que abusam dos imigrantes, mas também em grandes empresas, na classe dos músicos demitida do Teatro Musical sem direito algum, em departamentos de órgãos públicos, entre outros.

trabalho decente  
vida decente



**Laerte Teixeira** é vice-presidente da UGT e secretário de Políticas Sociais da Confederação Sindical das Américas (CSA). Representou Victor Báez, secretário geral da CSA, entidade que se mostrou honrada em estar ao lado das organizações brasileiras em evento tão importante para o trabalhador

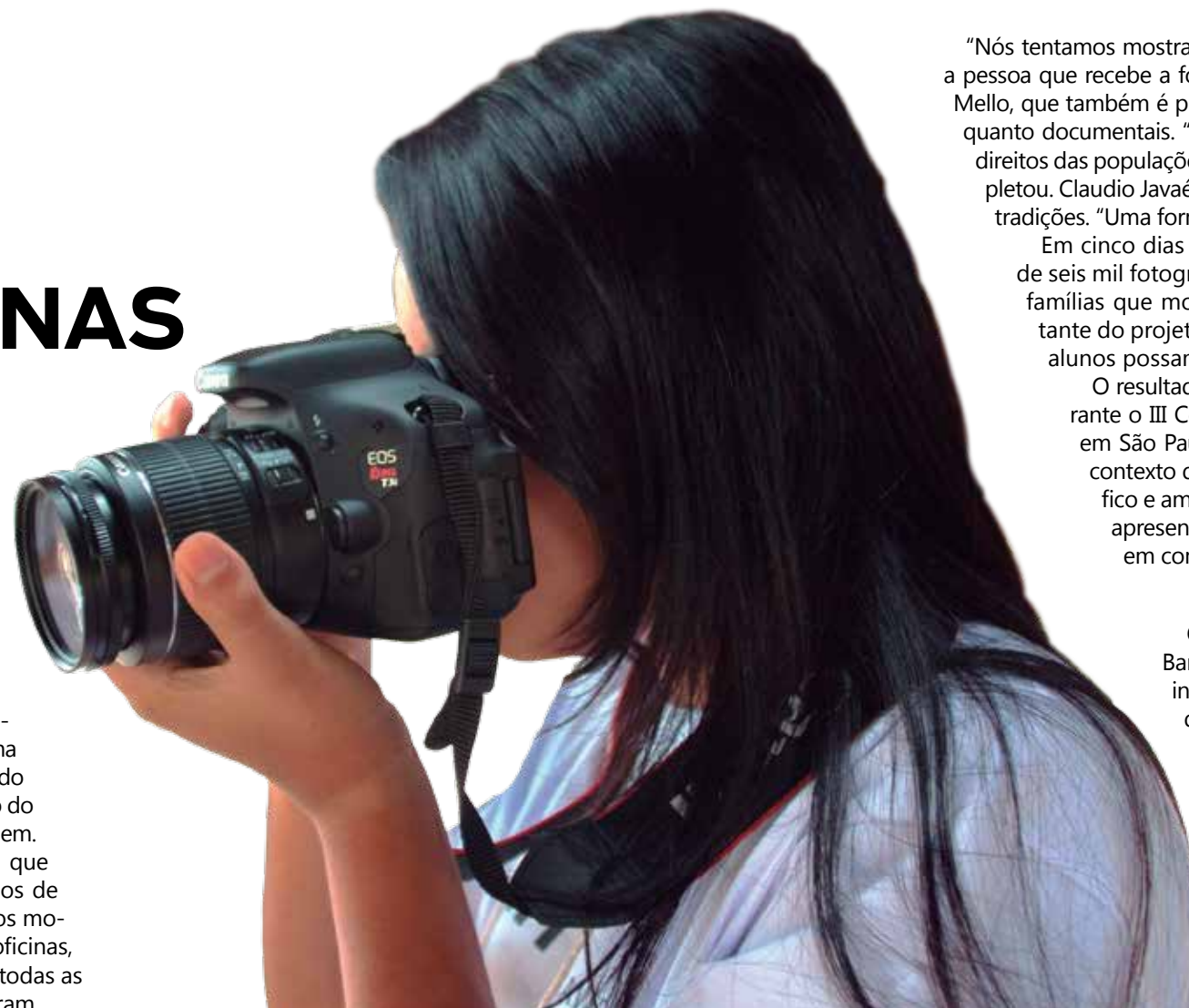


# FOTOGRAFIA DIGITAL É TEMA PARA FORMAÇÃO DE JOVENS INDÍGENAS

Quando, em 2007, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) publicou a sua Carta de Princípios, afirmou o compromisso com a prática do sindicalismo cidadão, que defende os interesses econômicos e sociais dos trabalhadores, inseridos numa luta global para o avanço da democracia, dos direitos civis e da liberdade. Deste modo, a Central não só apoia a educação de qualidade, que promove a compreensão e as relações amigáveis entre os povos e as nações, mas também reforça e incentiva o poder local junto às entidades filiadas.

Com essa perspectiva, a UGT patrocinou o projeto Oficinas de Fotografias Iny, que aconteceu entre os dias 22 e 27 de setembro, numa ação conjunta com as populações indígenas karajá e javaé, da Ilha do Bananal, que fica na divisa entre os estados do Tocantins, Mato Grosso do Sul e Goiás, para torná-los produtores e divulgadores da própria imagem.

As oficinas despertaram especialmente o interesse de jovens que chegaram à aldeia Txuiri vindos de diferentes partes da Ilha, cheios de expectativas e curiosidade. Disposição compartilhada também pelos moradores, que se envolveram diretamente com as atividades das oficinas, seja atuando como modelos, seja apreciando os filmes projetados todas as noites na igreja abandonada, mesmo local onde as aulas aconteceram.



“Nós tentamos mostrar que a fotografia é um elo de bem-querer entre quem é fotografado e a pessoa que recebe a foto”, explicou João Roberto Ripper, coordenador das oficinas. Para Helio Mello, que também é professor, as aulas incentivaram tanto a produção de fotografias artísticas, quanto documentais. “Não há dúvidas de que ela pode ser inclusive uma arma de defesa dos direitos das populações indígenas. É mais um instrumento agregado à luta desses povos”, completou. Claudio Javaé, cacique da aldeia Txuiri, acrescenta que a fotografia ajuda a preservar as tradições. “Uma formação como essa é muito importante para a nossa comunidade.”

Em cinco dias de intensa convivência e aprendizado, os 14 alunos produziram mais de seis mil fotografias que mostram de maneira muito sensível e íntima o cotidiano das famílias que moram na aldeia cercada por uma estonteante paisagem. Dado importante do projeto foi a doação de equipamentos fotográficos profissionais para que os alunos possam dar continuidade às suas produções.

O resultado desse trabalho poderá ser apreciado em uma exposição montada durante o III Congresso da UGT, entre os dias 15 e 17 de junho de 2015, no Anhembi, em São Paulo. “A seleção das imagens reforça a inclusão dos povos indígenas no contexto da arte contemporânea, porque evidencia a consciência do fazer fotográfico e amplia os caminhos no mundo da informação. A intimidade com o espaço é apresentada de forma autobiográfica, estabelecendo vínculos com o que temos em comum”, explicou Ilana Bessler, curadora do projeto.

## Ilha do Bananal

Os Karajá e Javaé habitam o vale do rio Araguaia, onde está a Ilha do Bananal, desde os tempos imemoriais e o contato desses povos com não indígenas aconteceu há pelo menos três séculos. Data de 1775 o primeiro documento escrito com referência às aldeias naquela região. Mas foi nos anos de 1930 que essa convivência tornou-se mais intensa, a partir da construção das primeiras vilas de colonos atraídos pela mineração e de pequenos criadores de gado.

O auge da ocupação de não indígenas aconteceu entre as décadas de 1970 e 1980 e foi fomentada, em parte, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão governamental que gerenciava a cobrança de taxas para o uso das pastagens naturais no interior do Parque Indígena do Araguaia, criado por decreto em 1971. No início dos anos de 1990, a população não indígena na Ilha do Bananal era de 11 mil habitantes. Os Karajá e Javaé somavam 2400 pessoas.







Em cinco dias, 14 alunos produziram mais de seis mil fotos

Atualmente, essas comunidades indígenas estão divididas em 24 aldeias e entre seus quase 4 mil habitantes podemos encontrar grande diversidade de conhecimentos e de experiências de vida. Há quem frequentou universidade ou quem compôs a Câmara Legislativa. Há quem cozinhe de maneira exímia e aqueles que lutam sem medo. As batalhas são diárias e os novos hábitos exigem demasiado esforço. Mas a briga mais urgente, ao menos para os jovens, é contra o abuso de

álcool e drogas. Outra preocupação que vem assombrando as populações Karajá e Javaé é o alto número de suicídios, especialmente de garotos entre 15 e 25 anos. Pessoas que perderam a vida porque perderam todas as perspectivas.

Membro da Executiva Nacional para Assuntos Indígenas na UGT, Idjawala Karajá conta que, ao final do ensino médio, normalmente concluído nas escolas das aldeias, muitos jovens ficam sem ter o que fazer. "A FUNAI não incentiva a formação pro-

fissional. Os jovens estão cheios de desejos, querem criar, produzir, consumir, mas têm grande dificuldade para encontrar trabalho nas cidades e não têm acesso às linhas de financiamento para o desenvolvimento sustentável em suas terras", queixou-se.

### Aldeia Txuiri

Em 1989, lideranças indígenas moveram uma Ação Civil Pública contra a cobrança dessas taxas pelo uso das pastagens e exigiram a reintegração de terras ocupadas de forma ilegal. O processo de remoção e assentamento das famílias não indígenas foi demorado, mas, já no início dos anos de 1990, os Karajá e Javaé retomaram uma pequena vila construída por não indígenas. O antigo Porto Piauí deu lugar à Aldeia Txuiri.

Conta a história oral que Txuiri, um índio forte e valente, navegava pelo rio Javaé e que, a certa distância, o leito ficou muito raso e ele precisou arrastar sua canoa. Fez isso por um longo trecho e seus joelhos ficaram bastante esfolados: "Então ele chorou. Hiná é um choro masculino, diferente do feminino. Na cultura Javaé e Txuiri, Hiná é o nome da escola indígena inaugurada em 2006", explicou Tewaxi Javaé, professor na aldeia e aluno das oficinas de fotografia.



O projeto despertou o interesse dos jovens, alimentou seu sonhos e aguçou suas expectativas

# É PRECISO DEMOCRATIZAR AS TELECOMUNICAÇÕES

Passados 16 anos da privatização do Sistema Telebrás, na teoria, a telefonia brasileira ampliou o acesso da população ao serviço. Porém, isso não significou competição entre as empresas por melhores serviços ou o devido retorno das receitas arrecadadas para o próprio setor.

O crescimento recorde no uso ativo das linhas de telefonia móvel – que ultrapassou 275 milhões em 2014 – contribuiu com a expansão do acesso à internet no Brasil e conseqüente crescimento das telecomunicações.

No entanto, as concessionárias de telefonia fixa e móvel crescem em ritmo mais acelerado do que o número daqueles que têm acesso aos seus serviços. A nona edição da pesquisa TIC Domicílios, divulgada em junho pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br), chama a atenção para algumas desigualdades em determinadas classes sociais e regiões.

Metade da população brasileira ainda não tem acesso à internet, o que hoje interfere diretamente na formação de milhares de pessoas, pois o uso das redes promove a interação no processo educativo e facilita a obtenção de informações.

Nas classes A e B, a proporção de casas com acesso à internet é de 98% e 80%, respectivamente. Na classe C, é de apenas 39%. Já nas classes D e E, o acesso à rede atinge apenas 8%. A desigualdade também é espacial: nas áreas urbanas, a proporção de lares conectados é de 48%, enquanto nas rurais chega apenas a 15%.

Ou seja, os mais pobres têm o acesso à informação de uma forma



**"Nas classes A e B, a proporção de casas com acesso à internet é de 98% e 80%, respectivamente. Na classe C é de apenas 39%. Já nas classes D e E, o acesso à rede atinge apenas 8%"**

significativamente menor do que os demais, o que só contribui para a desigualdade social.

O que se percebe é que, ao contrário do que todos pensam, o Brasil não está cada vez mais conectado como um todo. A esperança é que esses indicadores chamem a atenção das empresas. Inclusive o Governo tem de desenvolver políticas públicas efetivas para a diminuição dessas diferenças.

Para as empresas, as leis restritivas dos municípios e a ausência do repasse do dinheiro arrecadado para o próprio setor dificultam a ampliação dos serviços nas áreas apontadas com baixo acesso à internet. Por outro lado, a julgar pelos lucros crescentes das companhias do setor, sobram recursos para realizar melhorias na infraestrutura. Parte do dinheiro, porém, segue direto para o exterior e engorda o caixa dos grandes grupos globais.

A universalização dos serviços de telecomunicações ajudaria a engrenar os aspectos necessários. Um grande passo rumo ao ideário de acesso à comunicação para todos.

O Governo federal arrecada dinheiro do setor e tem como subsidiar tanto ações que estimulem a atuação das empresas nessas regiões como também a conscientização das prefeituras que interferem nesse processo.

A telefonia no País é cara e os impostos não são revertidos em investimentos em infraestrutura para ampliar o serviço nas camadas mais pobres da população.

Se os recursos recolhidos do setor, como o FUST (Fundo de Universalização dos Serviços em Telecomunicações), fossem devidamente aplicados e investidos na formação e capacitação dos profissionais em telecom, o cenário do setor no Brasil seria expressivamente melhor.



Almir Munhoz é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de SP - SINTETEL



# ACABAR COM O DIREITO DE GREVE NOS CONVERTERIA A ESCRAVOS

Com a Revolução Industrial, surgiu o liberalismo econômico. As condições impostas por essa doutrina levaram o operariado a clamar por greve. Viam neste recurso um grande instrumento para alcançarem afirmação.

Historicamente, a paralisação de atividades ou serviços é um dos recursos mais eficazes à disposição dos trabalhadores e trabalhadoras como meio de pressão para se obter determinada reivindicação.

A greve é um conflito coletivo de trabalho, consistente na paralisação dos serviços necessários à empresa, seja estatal ou privada. Origina-se da própria natureza das relações de trabalho, onde quer que os desajustamentos das partes contratantes envolvam uma pluralidade de trabalhadores.

Sendo assim, ela se desencadeia e se desenvolve sob a égide do poder de representação do sindicato, pois é um direito fundamental dos trabalhadores e trabalhadoras coletivamente organizados, para a realização de melhores condições de trabalho para toda a categoria profissional envolvida.

No século 19, em 1858, os tipógrafos do Rio de Janeiro entraram em greve por melhoria salarial. A partir daí, surgiram outras greves, como a dos ferroviários da Central do Brasil em 1891 e a greve dos Colonificios Crespi de São Paulo, que abrange várias cidades do interior do estado, envolvendo cerca de 75 mil operários. Na época, as greves representavam uma ameaça aos governos totalitários que insistiam em exercer seu poder por meio de sanções.

Porém, a partir de 1900, quando o sistema político caracterizou-se



pelo liberalismo, que defendia a confiança no indivíduo e não no Estado, a greve exerceu-se como uma liberdade dos trabalhadores, sem leis que a restringissem ou a disciplinassem.

Em 1937, com a implantação do Estado Novo, a greve voltou a ser encarada como um delito e considerada um recurso antissocial e prejudicial à economia.

Na década de 1980, o movimen-

**O direito dos trabalhadores de cruzar os braços é uma tradição de países democráticos e, aqui no Brasil, está garantido pela Constituição**

to sindical se mobilizou, motivado pela chamada abertura política, e recomçaram as paralisações com destaque para o chamado centro industrial paulista. Esse período foi um marco para as conquistas trabalhistas.

A Constituição de 1988, por sua vez, dispõe em seu art. 9º: "É assegurado o direito de greve,

competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender". É dado aos traba-

lhadores decidir sobre a oportunidade de exercer o direito de greve.

Em 2012, antes da realização da Conferência Internacional do Trabalho, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), como é habitual, os porta-vozes do Grupo de Empregadores e de Trabalhadores se reuniram para finalizar uma lista de casos retirados do relatório anual da Comissão de Peritos com vista a serem discutidos pela Comissão da Conferência para a Aplicação das Convenções e Recomendações. Nessa reunião, o Grupo de Empregadores recusou a integração de qualquer caso que contivesse observações relativas ao direito de greve.

O argumento central é o de que, dada a alegação de ausência de qualquer referência explícita ao direito de greve no texto da Convenção nº 87, a sua interpretação deveria excluir qualquer referência a este. No entanto, ao longo das últimas décadas, os representantes patronais nunca colocaram em causa a jurisprudência da OIT em relação ao direito de greve. Tal sempre foi aceita, com base sobretudo no artigo 3º, ponto 1 da Convenção 87. Este define que "as organizações de trabalhadores e de empregadores têm o direito de redigir seus estatutos e regulamentos administrativos, o de eleger livremente seus representantes, o de organizar sua administração e suas atividades e o de formular seu programa de ação". O entendimento comum, e nunca antes questionado pelos empregadores, era que dentro dos meios disponíveis para prosseguir o plano de ação dos sindicatos estava incluído o direito de exercício da greve.

A visão trazida pelos empregadores baseia-se numa interpretação conservadora que restringe a liberdade



Sidnei de Paula Corral (esquerda) é secretário de Relações Internacionais para as Américas da UGT

de associação à liberdade individual de cada um de aderir a uma organização, ou seja, liberdade sindical. No entanto, o prosseguimento dos interesses dos trabalhadores, de forma a contrabalançar o diferencial de poder contido na relação contratual de emprego, implica o recurso a lógicas de ação coletiva das quais o direito à greve é parte integrante.

Esta posição manteve-se na recente Conferência Internacional do Trabalho, de junho de 2014. O objetivo do Grupo de Empregadores é claro. Muitas decisões favoráveis em Tribunal em muitos países têm-se baseado na interpretação da Comissão de Peritos e das decisões tomadas por consenso da Comissão da Conferência para a Aplicação das Convenções e Recomendações. A quebra desse mesmo consenso visa colocar em causa a visão de que o direito de greve esteja incluído na Convenção 87.

É por isso que o presidente do Grupo de Trabalhadores do Conselho de Administração da OIT, Luc Cortebeek, admite que este tema terá que ser discutido no Conselho de Administração, com recurso, caso uma maioria o solicite, para o Tribunal Internacional de Justiça.

O tema da greve e dos crescentes obstáculos ao seu exercício enquanto direito coletivo não se tem colocado apenas no Brasil. A Convenção 87 nunca foi ratificada pelo Brasil, em virtude da manutenção

do princípio da unicidade sindical consagrado nos artigos 8º, inciso V, da CF/88 e 516 da CLT. Mas parece evidente que esta ofensiva patronal contra o direito de greve diz respeito a todos e constitui uma disputa que pode ter consequências concretas para as lutas sindicais em muitos países. Sem o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva, os trabalhadores e trabalhadoras se converterão em escravos. Existem restrições inaceitáveis em muitos países, como a Coreia do Norte, Emirados Árabes, Qatar, Arábia Saudita, onde o sistema de "kafala" outorga ao empregador completo poder sobre os trabalhadores. Milhões de migrantes, em sua maioria procedentes de países pobres, estão presos neste sistema. Não podem mudar de emprego, a menos que seu empregador os permita; não podem abandonar o país, a menos que seu patrão firme o visto de saída; e os sindicatos e a greve estão totalmente proibidos.

Isto deixa o trabalhador indefeso e à mercê da mais brutal exploração. Salários de miséria, tratamento abusivo e péssimas condições de trabalho são a realidade cotidiana de um grande número de trabalhadores empregados para construir, por exemplo, os estádios para a Copa do Mundo de 2022, no Qatar. Para esses trabalhadores, a vida sem direito à greve, à negociação coletiva e à sindicalização é uma vida de desespero, de escravidão.



No fim de cada ano, os movimentos sindical e social intensificam suas atividades de luta, o que nos faz refletir sobre o que temos feito e o que ainda falta fazer em relação ao enfrentamento às diferenças e às formas de desigualdades ainda existentes na nossa sociedade, principalmente quando essa violência é praticada contra as minorias.

Em 25 de novembro é celebrado o Dia Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres, iniciando “16 dias de ativismo – Pelo Fim de Todas as Formas de Violência”, campanha criada em 1991, partindo do pressuposto da República Dominicana, à qual aderiram 80 países após o assassinato das irmãs Mirabal, ocorrido nesta mesma data, em 1960, por ordem do então ditador dominicano Rafael Leónidas Trujillo.

O objetivo destes “16 dias” é a promoção de debates, atos, palestras, atividades e formas de denunciar a violência contra as mulheres no mundo, para que impulsionem a defesa das mulheres trabalhadoras contra qualquer forma de violência, porque somente a classe trabalhadora pode libertar homens e mulheres da opressão e da exploração da violência capitalista. Contudo, a

## A UGT E O COMBATE A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA

maior violência de todas é aquela que ajuda a gerar as demais e que se revela na ausência de políticas públicas que façam avançar a sua luta contra a opressão.

A última pesquisa mais importante sobre a violência foi publicada em 2010. Um estudo feito a partir dos dados do Sistema Único de Saúde (SUS) durante 10 anos revelou uma terrível realidade: a cada duas

*“A cada duas horas, uma mulher é assassinada em nosso País por motivos fúteis ou torpes. E a cada dois minutos, estima-se que cinco mulheres são vítimas de algum tipo de agressão”*



**Militância ugetista na luta por uma sociedade mais justa e igualitária**

horas, uma mulher é assassinada em nosso País por motivos fúteis ou torpes. E a cada dois minutos, estima-se que cinco mulheres são vítimas de algum tipo de agressão.

Entre outubro de 2013 e o final de setembro de 2014, de acordo com relatórios internacionais reunidos pelo grupo europeu Transrespect versus Transphobia (TvT), 226 pessoas transgênero foram assassinadas no mundo todo. A maioria, mulheres transnegras. O site do Transgender Day of Remembrance (TDoF) tem sua própria lista com o nome dos mortos, apresentando cerca de 700 pessoas trans – novamente, a maioria composta por mulheres negras – brutalmente assassinadas nos últimos anos. Geralmente, o assassinato é de mulheres ou de transgêneros, que correspondem, na sua expressiva maioria, a pessoas pobres e negras e que não recebem das autoridades ou das polícias a devida atenção que cada caso merece ter para que se chegue a uma solução e para que a justiça seja feita, mostrando que em muitos casos não se trata apenas de fatores relacionados à homossexualidade, às trans ou a atos homofóbicos, mas sim a uma questão de classe social e cor.

Fatos assim são a marca vergonhosa em que temos que nos debruçar para tentar, por mais penoso e difícil que possa parecer, reunir as energias necessárias para que possamos enfrentar e erradicar essa cultura de nossa sociedade.

Cleonice Caetano Souza é da Secretaria Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho da UGT







## DIRIGENTES UGETISTAS DO NORTE E DO NORDESTE PARTICIPAM DE SEMINÁRIO NO AMAZONAS

A União Geral dos Trabalhadores do Amazonas (UGT-AM) promoveu, nos dias 24 e 25 de novembro, em Manaus, o Seminário Norte Nordeste Diálogo Social e Cidadania uma Ação Sindical. O evento, que aconteceu em parceria com o Instituto de Promoção Social (IPROS) e a Central Sindical Cristã da Bélgica (CSC), foi a oportunidade para os dirigentes sindicais discutirem, debaterem e elaborarem propostas para o ano de 2015.

Segundo Nindberg Barbosa dos Santos, presidente da UGT-AM, o seminário foi altamente positivo, pois, para fazer sindicalismo no Brasil, é preciso se fortalecer numa nova postura e nela é preciso um maior envolvimento com as causas sociais e de cidadania. "Somos 32 sindicatos filiados no Amazonas e todos estão de parabéns pelo esforço e dedicação na busca por qualificação de seus sindicalizados e também no envolvimento de campanhas como Novembro Azul e Outubro Rosa."

Para Paulo Alberto Nascimento, representante do IPROS, o evento teve como finalidade a busca por uma melhor qualificação dos dirigentes sindicais, dando a eles treinamentos técnicos e instrumentos

que serão necessários durante uma negociação, por exemplo.

Annick Deryver, da CSC, disse que o seminário foi extremamente proveitoso e gratificante ao perceber-se que a parceria entre a UGT e a CSC, nos últimos quatro anos, vem dando resultados concretos. "A UGT do Amazonas é o maior exemplo desse sucesso, participando de campanhas que resultam em benefícios aos trabalhadores, como as campanhas contra o câncer de próstata ao público masculino e do câncer

da mama ao público feminino, por exemplo", explica a dirigente.

Os dirigentes sindicais da UGT do Norte e Nordeste participaram do seminário de forma efetiva, com propostas que serão levadas aos governos federal, estadual e municipal, na busca por melhorias que tragam benefícios aos trabalhadores. Entre as propostas apresentadas, destacam-se as dos presidentes da UGT de Pernambuco, Piauí e Roraima, com ênfase aos problemas de mobilidade urbana, segurança e saúde.



*Sindicalistas se reuniram para debater a conjuntura política de 2015 e elaboraram propostas que serão levadas aos governos municipal, estadual e federal*

**UGT**  
UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

# 3º Congresso Nacional da UGT

Mais de 3 mil trabalhadores do Brasil e delegações internacionais

**Seminário Internacional**  
16 de junho

**Congresso**  
17 e 18 de junho

Local: Palácio de Convenções do Anhembi Auditório Elis Regina  
Av. Olavo Fontoura, 1209 - São Paulo





## UGT PARTICIPA DAS DISCUSSÕES DA CONAE

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), por meio da sua Secretaria Nacional de Políticas Educacionais, participou, entre os dias 19 e 23 de novembro, em Brasília, da II Conferência Nacional de Educação (CONAE). O encontro consolidou os resultados obtidos nas várias discussões procedidas nos municípios e estados ao correr dos dois últimos anos e que envolveram representantes da sociedade civil, dentre eles o movimento sindical, por meio das suas centrais sindicais.

Protagonista do processo de criação da CONAE, a UGT se fez presente no evento com uma delegação composta pelo secretário nacional de Políticas Educacionais da Central, professor Antonio Bittencourt Filho, que a representa no Fó-

**A realização da Conferência fortalece propostas que visam à melhoria da qualidade e dos rumos da educação brasileira**

rum Nacional de Educação – órgão responsável pela organização da Conferência. A Central contou ainda com a participação dos professores Eduardo Guerini e Lúcio Eduardo Darelli, os quais proferiram palestras sobre os eixos temáticos, e pelo

professor Carlos Alberto Lessa, selecionado para coordenar uma das mesas de debates. Também participaram, na condição de delegados, os professores Pércio Tarso da Luz e Moacir Pedro Rubini.

Em Brasília, o evento reuniu 2,6 mil delegados mais as pessoas que participaram como observadores e convidados de todas as regiões e estados da Federação, mas, em todo o seu processo de construção, a CONAE 2014 envolveu 800 mil pessoas dos vários segmentos da comunidade que tiveram participação ativa nas 26 conferências estaduais e nas cerca de 3 mil conferências municipais/regionais.

O objetivo do encontro nacional foi alcançado, senão plenamente, em grande parte, especialmente no que diz respeito à deliberação

sobre o conteúdo do Documento Final que reúne as propostas aprovadas na plenária e fornece os rumos da educação brasileira. O referido documento passa a ser o instrumento básico de complementação à Lei 13.005 (Plano Nacional de Educação), especialmente no que diz respeito à construção de um Sistema Nacional de Educação, caminho para a educação ser desenvolvida nos próximos anos em regime de colaboração entre os entes federados. Neste sentido e com esta compreensão, os estados e municípios irão discutir e organizar seus Planos de Educação durante o próximo ano.

Destaca-se que o sucesso de todo esse planejamento construído para se chegar à educação de qualidade que queremos está intimamente relacionado ao regime de colaboração efetiva dos entes federados e à articulação entre os sistemas de ensino. Ainda não está bem delineado o papel da escola privada, a qual notadamente ocupa significativo espaço na educação brasileira em todos os seus níveis. Basta dizer que é responsável por mais de 70% das matrículas no ensino superior.

Resumindo, a UGT, que, segundo seu presidente, Ricardo Patah, é a Central que acredita na educação



*Estande da UGT foi bastante visitado durante o CONAE*

como única via para se chegar à cidadania plena e à consequente inclusão social, está fortemente comprometida com os desdobramentos das decisões da CONAE/2014, até porque estes rumos traçados para a educação cidadã constam nos princípios básicos da Central, que exerce um sindicalismo ético, cidadão e inovador.

### O que se tem e o que se espera do movimento sindical



A Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina (FETEESC) e seus sindicatos filiados lutam, há mais de 20 anos, em defesa dos direitos dos trabalhadores em educação e também por melhorias na qualidade do ensino, assuntos amplamente debatidos com a categoria nos Seminários de Trabalhadores sobre Qualidade na Educação (QUALIEDUC). Foram estas discussões e o acúmulo de saberes sobre o tema que possibilitaram a participação, notoriamente qualificada, dos representantes da UGT que coordenaram, palestraram e levaram importantes contribuições para a elaboração do documento final resultante da II CONAE.

Passa a ser papel fundamental do movimento sindical como um todo, e da UGT em especial, centrar esforços neste verdadeiro mutirão nacional pela busca da educação que queremos, a começar pela reorganização interna dos processos educativos dos seus quadros, neles inseridas a formação sindical a qualificação, a requalificação e a readaptação profissional. E mais: acompanhar de modo participativo as ações dos entes públicos na execução das várias etapas deste novo planejamento. Uma

postura firme e consciente tal como a de cobrar do governo maior participação do movimento sindical nas decisões que envolvem programas com cobertura de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), portanto, recursos dos trabalhadores.

Santa Catarina já mostrou que está pronta e aberta para ampliar sua participação nestas questões e em todas as outras que afetem a educação. Desta forma, imbuídos da mesma vontade e com o mesmo empenho, continuaremos nossa luta à frente da pasta de políticas educacionais junto à Central e não mediremos esforços para que em 2015 possamos reiniciar os trabalhos, agora mais do que nunca urgentes e necessários, pois estamos juntos daqueles que entendem que educação é a única forma de transformar a sociedade.



# 36 HORAS: GARIS DE OLHO NO CONGRESSO NACIONAL

Com milhares de assinaturas, a campanha de mobilização nacional pelas 36 horas semanais (sem redução de salário) para garis e motoristas de veículos coletores de lixo entra em 2015 de olho no Congresso Nacional, aguardando a aprovação da medida pelo Senado. O projeto de lei de número 1590/2011, de autoria do deputado Roberto San-

tiago, já teve o aval dos deputados federais.

Santiago acredita na aprovação do projeto ainda este ano, o que deverá, sem sombra de dúvidas, representar um grande benefício para a categoria dos garis.

Os trabalhadores da limpeza urbana (garis, varredores e motoristas) enfrentam todos os tipos de dificuldades, num ambiente alta-

mente insalubre e com riscos reais e concretos à própria saúde. Vivem expostos às intempéries. Faça chuva, frio ou sol, lá estão eles e elas recolhendo lixo, colocando nos caminhões e levando para os aterros sanitários.

Existe o reconhecimento dos trabalhadores quanto à importância do projeto de Lei do deputado federal Roberto Santiago (PSD-SP), que é um dos dirigentes nacionais da categoria. O deputado cumpriu o seu compromisso com a categoria e aprovou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1590/11.

## Mobilização

A principal barreira que o Projeto de Lei 1590/11 irá enfrentar no Senado Federal é a pressão de vários setores do

**MOBILIZAÇÃO NACIONAL**  
**FENASCON**

**36 HORAS SEMANAIS**  
**(SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS)**  
**PARA GARIS E MOTORISTAS DE VEÍCULOS COLETORES DE LIXO**

DE ACORDO COM O PROJETO DE LEI 1590/11, DO DEPUTADO FEDERAL ROBERTO SANTIAGO, QUE JÁ FOI APROVADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E QUE DEPENDE APENAS DE VOTAÇÃO NO SENADO.

TRABALHADORES E TRABALHADORAS PARTICIPEM DA CAMPANHA APOIANDO O SEU SINDICATO

**SIEMACO**  
Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Públicos do Município de São Paulo

**FENASCON**  
Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes



Roberto Santiago é vice-presidente nacional da UGT



Moacyr Pereira é secretário de Finanças da UGT

empresariado nacional que jogam pesado contra todas as iniciativas que signifiquem melhor qualidade de vida para os trabalhadores.

Para Moacyr Pereira, presidente do Siemaco-SP, "alguns setores ainda são reféns dos costumes que herdamos da escravidão. E acreditam, ainda, que quanto mais horas se trabalha, mais se produz. Não levam em consideração a motivação, a qualidade de vida fora dos ambientes de produção, a convivência com a família e até mesmo a preservação física dos profissionais quando o trabalho é desgastante, como é o caso da função exercida por garis, varredores e motoristas de caminhão de coleta. Mas temos a nosso favor a opinião pública, principalmente a composta por donas de casa e condomínios residenciais que reconhecem muito o esforço dos trabalhadores da limpeza. Esse apoio será essencial para convencer os senadores a aprovar a campanha das 36 horas, sem redução de salários".

## JUVENTUDE, DIVERSIDADE E IGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO



A juventude da União Geral dos Trabalhadores no Espírito Santo (UGT-ES), no mês de novembro, começou mais um importante capítulo na luta pelo avanço das políticas públicas de igualdade racial com foco no mercado de trabalho ao participar da Secretaria de Juventude do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR).

Com o apoio da Secretaria Nacional de Juventude da UGT, Gutemberg Evangelista Guedes foi aprovado para a vice-presidência do Conselho Municipal da Igualdade Racial (Compir). Assim, o sindicalista atuará na formação de políticas sindicais que contribuam para o desenvolvimento de uma juventude trabalhadora com oportunidades iguais no mercado de trabalho.

A atividade realizada pelo ugetista capixaba contará com

o apoio da sindicalista Daniela Souza, do Sindicato de Asseio e Conservação de São Paulo (SIEMACO) e secretária de Juventude da UGT paulista.

De acordo com Gutemberg, será uma grande oportunidade de aprender com três grandes sindicalistas e promotoras da igualdade no mercado de trabalho: Ana Cristina Duarte, Regina Silveira e Cleonice Caetano Souza. O presidente da UGT-ES, Ari George Floriano, destaca a participação da juventude ugetista espírito santense nos espaços de formação de políticas públicas e reforça que Gutemberg está preparado para a tarefa.

Gutemberg agradeceu a toda diretoria do INSPIR e ao presidente da UGT nacional, Ricardo Patah, pelo apoio e incentivo à participação e à formação de quadros jovens e sindicalistas dentro da UGT.



# PARANÁ SEDIA ENCONTRO DE ADVOGADOS SINDICAIS DO SETOR PÚBLICO



*Com o foco nas políticas sindicais, o encontro foi importante para debater a participação dos advogados no amparo dos servidores públicos*

Com o apoio da União Geral dos Trabalhadores do Paraná (UGT-PR), foi realizado o 3º Encontro de Advogados de Entidades Sindicais do Setor Público. O evento, promovido pela Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos do Estado do Paraná (Fesmepar) e Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), reuniu mais de 120 dirigentes sindicais e advogados.

O presidente da Fesmepar, Luiz Carlos Silva de Oliveira, falou da importância do evento reunir advogados e especialistas da área do serviço público. "A dinâmica do trato sindical vem exigindo a cada dia uma maior especialização desses profissionais frente às constantes alterações da legislação sindical brasileira", destacou Luiz Carlos.



Luiz Carlos Silva Oliveira é presidente da Fesmepar

Paulo Rossi, presidente da UGT-Paraná, reforçou a necessidade das entidades sindicais terem em seus quadros assessores jurídicos especializados nas questões voltadas ao serviço público. "As especificidades de organização dos trabalhadores do setor público tornam esse segmento altamente complexo em sua interpretação. Por isso, encontros como esse, promovido pela Fesmepar, recebem o total apoio da UGT. É fundamental o inter-relacionamento sindical para a troca de experiências e a tomada de decisões conjuntas em todas as esferas do serviço público, quer sejam elas municipais, estaduais ou Federal."

Em nome das mulheres advogadas, falou a assessora da CSPB, Danielle Xavier, que lembrou do papel essencial dos assessores jurídicos nas



Paulo Rossi é presidente da UGT-Paraná

rotinas sindicais. "Cabe a nós, profissionais do direito, darmos total amparo às políticas sindicais. Nesse caso específico, dos servidores públicos."

### Palestras e denúncias

Para falar sobre "Certificação Digital e as Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que dispõem sobre alteração estatutária e registro sindical", foi convidada a consultora sindical e ex-secretária nacional de Relações do Trabalho do MTE, Zilmara Alencar; com o tema "Os regimes jurídicos dos trabalhadores públicos", falou o advogado e professor de direito administrativo, mestre e doutorando em direito do Estado, Luasses Gonçalves dos Santos; a "Antissindicalidade na administração pública" foi abordada pelo professor de direito do trabalho da Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em normas internacionais pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), mestre e doutorando, o advogado Sandro Lunard Nicoladeli; e para falar sobre as questões que envolvem a "Aposentadoria Especial no Serviço Público", foi convidado o auditor fiscal da Receita Federal e

conselheiro titular representante do Governo no Conselho de Recursos da Previdência Social, Delúbio Gomes Pereira da Silva.

Ao dar seu depoimento sobre a antissindicalidade na administração pública, a diretora do Sismim - Sindicato dos Funcionários Públicos de Imbituva (PR), Eronilda Gato, denunciou a perseguição que os diretores desse sindicato vêm sofrendo por parte do prefeito municipal. Dentre as graves denúncias, Eronilda destacou a exoneração do quadro funcional de diretores do sindicato, incluindo a dela; a perseguição e assédio moral, com o deslocamento dos diretores para departamentos e funções impróprias; e agressões verbais aos diretores do Sismim. "O prefeito de Imbituva, Bertoldo Rover, não aceita a existência do sindicato e fica intimidando os funcionários para não se filiarem, com constantes ameaças de represálias. A pressão é tão forte que mesmo a mensalidade dos associados a prefeitura vem se negando a repassar ao Sismim. São absurdas as ações ditatoriais dessa gestão que não reconhece os direitos constitucionais dos trabalhadores", disse Eronilda.

As denúncias da dirigente do Sismim resultaram em uma Moção de Repúdio dos advogados e dirigentes sindicais ao prefeito de Imbituva, Bertoldo Rover. "A UGT e a Fesmepar já levaram ao conhecimento da Organização Internacional do Trabalho as diversas práticas antissindicais no Brasil. Condenamos veementemente as atitudes do prefeito de Imbituva no trato com a gestão pública e a organização sindical dos servidores desse município paranaense. Estamos acompanhando atentamente todos os desdobramentos e daremos prosseguimento a todas as medidas que se fizerem necessárias para o livre exercício do direito de organização sindical", salientou o presidente da Fesmepar, Luiz Carlos Silva de Oliveira.



# OS DESAFIOS DE TRABALHAR NO MAIOR ENTREPOSTO DA AMÉRICA LATINA

**Devido a sua importância, CEAGESP já poderia ter sido modernizada para melhorar as condições laborais e o atendimento aos consumidores, além de evitar os desperdícios**



*Antonio Pereira dos Santos tem 30 anos de CEAGESP e é diretor do SINDBAST*

Como uma das principais empresas estatais de armazenamento do País, a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) tem a difícil missão de fornecer alimentos para a população paulista, mas também centraliza o abastecimento de boa parte do Brasil, consolidando sua atuação na comercialização de grãos e hortícolas.

Na CEAGESP, que é considerada a terceira maior empresa de comercialização de perecíveis do mundo, são movimentados por mês cerca de 250 mil toneladas de frutas, legumes, verduras, pescados e flores.

A Companhia, que surgiu em 1969 graças à fusão das empresas Centro Estadual de Abastecimento (CEASA) e Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP), ambas mantidas pelo governo paulista, hoje é a maior da América Latina neste segmento, mas enfrenta diversos problemas, principalmente estruturais.

“Defendemos a privatização da CEAGESP e que ela saia daqui. Isso foi feito no governo Carvalho Pinto e, na época, uma parte da comercialização era feita com veículos de tração animal, ou seja, carroça. Então, isso envelheceu e o custo de manutenção dessa estrutura é absurdamente alto. O esgoto é caro, aqui vive inundan-



do, a energia elétrica acaba toda hora, existem vazamentos e desperdício de água. Conclusão: tudo funciona mal e precariamente”, explica Enilson Simões de Moura (Alemão), presidente do Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo (Sindbast).

Para o sindicalista, um dos principais problemas encontrados na empresa hoje tem a ver com a falta de planejamento e o descaso dos governos em optarem por não mexer com este setor. “Para se ter uma ideia da confusão, buscando construir nesse terreno casas do programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, o que nós condenamos, o prefeito de São Paulo conseguiu aprovar a mudança da CE-AGESP pelo novo plano diretor, que o sindicato aprova. O problema é que ao mesmo tempo em que ele aprovava a derrubada de tudo isso aqui, a presidente da República botou R\$ 70 milhões para fazer uma reforma. Isso é uma loucura!”

“Defendemos que a CEAGESP saia daqui. Isso aqui é uma falência e está falido”, diz Alemão.

Não é preciso andar muito pelas ruas da empresa para comprovar que a frase dita pelo presidente do Sindbast é real e preocupante, dada a importância daquele local para o abastecimento de alimentos em diversas regiões do Brasil, mas principalmente por conta da proximidade com a cidade de São Paulo, que é a maior metrópole do País, com 11 milhões de habitantes.

Diversos veículos de comunicação já escreveram sobre a CEAGESP,

fotografaram o local alagado e com frutas boiando, falaram sobre o desperdício de alimentos, mas a cada ano que passa fica comprovado que nada muda.

Para uma pessoa que resolve visitar o centro de abastecimento pela primeira vez, a impressão que se tem é que ela acabou de entrar numa terra de ninguém. Não há uma área de escape ou um calçamento, então pedestres dividem espaço com os caminhões e carros que chegam para carregar ou descarregar mercadoria.

**"Não há uma área de escape ou um calçamento, então pedestres dividem espaço com os caminhões e carros que chegam para carregar ou descarregar mercadoria. Sem contar os carregadores que passam a todo instante transportando todo tipo de produto"**

**Enilson Simões de Moura (Alemão)**

Sem contar os carregadores que passam a todo instante transportando todo tipo de produto que lá é comercializado.

Se esse visitante tem alguma mobilidade reduzida, como um cadeirante, fica mais difícil ainda circular pela região, já que essa pessoa terá de enfrentar o trânsito dos automóveis e dos trabalhadores que estão passando sempre apressados com seus carrinhos lotados de mercadoria. Quando pensa que chegou a seu destino, o visitante descobre que a CEAGESP não foi pensada para ele. O espaço entre os boxes de alimentos é muito estreito e o mesmo acontece na feira livre, realizada no pavilhão Mercado Livre do Produtor (MLP): as barracas são estreitas e a movimentação dos consumidores dificulta o acesso.

O local também cheira a alimento em decomposição, já que não é difícil encontrar montanhas de frutas, legumes ou verduras descartadas de qualquer maneira e espalhadas pelo chão, o que atrai muitos insetos. Isso reforça a teoria de que, como o local distribui alimentos perecíveis, poderia ser melhor organizado e com uma estrutura mais moderna.

Realmente a CEAGESP é um túnel do tempo, pois, assim que o portão de entrada é atravessado, é possível se imaginar em outra década. Uma estrutura dos anos 1960 que chega a 2015 com os mesmos problemas estruturais que apresentava no passado.



### Os direitos trabalhistas só avançam por meio de muita luta, determinação e sindicato combativo

Quando o Sindbast foi fundado, inicialmente ele representaria somente os trabalhadores da estatal CEAGESP, mas São Paulo tem entrepostos em outros municípios que não são do governo do Estado, então o Sindicato passou a representar todos os centros de abastecimento. Posteriormente, a entidade passou a atuar em prol dos trabalhadores dos boxes e da Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado São Paulo (COBASP). Hoje sua base é de cerca de 18 mil pessoas.

Segundo Alemão, o Sindicato tem bandeiras de luta muito típicas do movimento sindical, como a redução da jornada, insalubridade, trabalho decente, entre outras, mas, quando a entidade se instalou e começou a organizar a classe trabalhadora, a CEAGESP parecia “terra de ninguém”. “Os trabalhadores não tinham assistência nenhuma, mas, ao longo dos anos, o Sindbast conquistou avanços importantes em convenção coletiva como: assistência médica, odontológica, cesta básica, vale-refeição, entre outros”, comenta o sindicalista.

“Para ganharmos legitimidade aqui passamos 20 anos fazendo greve e nunca fizemos acordo. Depois a empresa aprendeu que isso seria assim mesmo e nós começamos a negociar”, diz Alemão.

“Desde que o Sindicato começou a atuar, o pessoal está bem mais informado. No princípio, o negócio era meio esquisito, ninguém falava nada, os empregados trabalhavam adoidado e não sabiam o que estavam fazendo, se tinham algum direito”, enfatiza Antonio Pereira dos Santos, trabalhador de box que tem 30 anos de CEAGESP e diretor do Sindicato.



Enilson Simões de Moura (Alemão) é presidente do Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo (Sindbast)

Apesar dos avanços desde a fundação do Sindbast, muitos ainda são os problemas a serem enfrentados, entre eles, a informalidade, que é alta. Para Antonio Paulo Fernandes, secretário geral do Sindicato, ainda é comum alguém ser contratado sem registro em carteira ou ser registrado com um valor e ganhar outro por fora. “O problema é que com essas informações que a gente passa para o trabalhador, os patrões também estão ficando bravos, já que o funcionário começa a aprender que tem direitos e começa a cobrar.”





## SINDICALISTAS DISCUTEM OS RUMOS DA UGT PARA 2015

**Dirigentes ugetistas de todo o Brasil debateram a forma como a Central irá se portar diante dos governos eleitos, as práticas antissindiciais e a antecipação de seu Congresso Ordinário**

Com a realização da 21ª Plenária Nacional da Central, que aconteceu em São Paulo, nos dias 13 e 14 de novembro, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) fechou o ano de 2014 reafirmando sua condição de entidade plural e democrática.

Em seu discurso de abertura, Ricardo Patah, presidente da UGT nacional, destacou a participação no processo eleitoral de todos os dirigentes ugetistas. “Quero parabenizar todos os companheiros e companheiras que, com essa participação, contribuíram para elevar a nossa pluralidade, nossa percepção de que cada dirigente ugetista tem

o direito de exercer a sua vocação política da forma que bem entender.”

Segundo Patah, o momento agora é de definir as ações para assegurar a defesa dos projetos e programas de interesse da classe trabalhadora. Graças a essa atuação, a UGT já avançou de forma extraordinária nos últimos seis anos, a ponto de já ser considerada a 2ª maior central sindical deste país.

Diante deste crescimento, aumentam também as responsabilidades da Central que, durante a realização da plenária, discutiu as formas como a UGT deverá se portar diante dos novos governos.

O vice-presidente da UGT, Ro-

berto Santiago, destacou a questão da diminuição da bancada trabalhista no Congresso Nacional, lembrando que esta é uma situação que exigirá esforço redobrado dos sindicalistas para aprovar as propostas de interesse da classe trabalhadora.

“É bom deixar claro que nossa relação é de imparcialidade, pois não participamos do governo, mas podemos debater e discutir melhorias tanto em nível nacional quanto regional”, explica Patah, ao salientar que é preciso que os dirigentes tenham uma participação política maior, buscando sempre, com maturidade e equilíbrio, avançar naquilo que é de interesse da classe trabalhadora, mas preservando os valores fundamentais da UGT.

### Ministério Público e as práticas antissindiciais

Outro tema bastante abordado durante o encontro foi em relação às práticas antissindiciais promovidas pelo Ministério Público do Trabalho e pela Justiça do Trabalho, em que a intervenção do estado nas entidades sindicais é tão grave que



**Ricardo Patah parabenizou os dirigentes ugetistas que disputaram o pleito eleitoral de 2014 e reforçou a importância de a central aumentar sua participação nos próximos processos**

estrutura sindical do Brasil precisa ser feita pela classe trabalhadora e pelo movimento sindical”, diz Patah.

### Congresso Ordinário da UGT

A UGT, que está prestes a completar oito anos de fundação, realizará seu Congresso Ordinário nos dias 17 e 18 de junho de 2015, no Anhembi, na capital paulista, e, por orientação do presidente Ricardo Patah, é fundamental para o constante amadurecimento democrático e participativo da Central que as estaduais realizem congressos locais com debates próximos aos que serão discutidos durante o evento nacional. “É preciso colocar a linha da UGT. O que a Central pretende não só com a relação com o governo, mas do ponto de vista da construção de políticas públicas e a defesa da sociedade em geral”, explica Patah.

está tirando dos próprios trabalhadores o direito de escolha de como gerir sua entidade de classe.

“Por meio da UGT, devemos instrumentalizar uma ação contrária a essas práticas promovidas contra as instituições sindicais. Os trabalhado-

res já estão sentindo as consequências dessa interferência do Estado e, em alguns casos, estão ocorrendo fatos que não aconteciam nem mesmo na época da ditadura militar. Por isso acreditamos que qualquer mudança ou aprimoramento que aconteça na



# EM PROL DA SAÚDE, UGT PROPAGA CONSCIENTIZAÇÃO

Central promove ações de Outubro Rosa e Novembro Azul para acabar com os mitos que rondam os cânceres de mama e de próstata

Os movimentos pelo fim do preconceito e por mais informação podem ser definidos pelas cores rosa e azul, quando, nos meses 10 e 11, cidades de todo o Brasil e seus monumentos ganham tons rosados e azulados, em adesão às ações: Outubro Rosa e Novembro Azul. Governo, movimento sindical, empresas e organizações não governamentais se unem em diversas ações como um alerta a mulheres e homens para que vençam qualquer barreira e cuidem de sua saúde.

Câncer de mama e câncer de próstata ainda matam muitas pessoas por falta de informação, mas, se detectados a tempo, têm cura! Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca), cerca de 57 mil novos casos de câncer de mama atingem as mulheres a cada ano, sendo que 30 mil dessas acabam morrendo. Entre os homens, em função de um mito em torno do teste de próstata, muitos ainda não venceram a barreira do preconceito e cerca de 69 mil casos são detectados todos os anos. É o segundo tipo que mais mata os homens no País (atrás apenas do câncer de pele não-melanoma). Esses valores correspondem a um risco estimado de 70,42 casos novos a cada 100 mil homens. A cada seis brasileiros, um tem a doença.

Preocupada com os altos índices e a falta de informação, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) arregaçou as mangas e mobilizou trabalhadoras e trabalhadores para o cuidado com o corpo. Por meio de palestras, distribuições de panfletos e o



mais importante – agendamentos para exames de controle da mama e da próstata, a UGT fez da conscientização uma bandeira para dar um basta no preconceito!

### No mês rosa, nem tudo eram flores...

Como forma de lembrar o 19 de outubro, Dia Internacional contra o Câncer de Mama, logo no início daquele mês, a UGT, por meio da sua Secretaria da Mulher e com apoio de seu sindicato filiado, Siemaco, promoveu o "Seminário da Campanha Outubro Rosa – Conhecer para Prevenir".

Movimento que teve início em 1997, nos Estados Unidos, o Outubro Rosa foi criado para conscientizar e sensibilizar a população mundial sobre o cuidado que se deve ter com o câncer de mama. Ele não tem prevenção, mas o

diagnóstico precoce é muito importante para que se tenha a cura.

Com o propósito de uma sociedade igualitária, com a participação de todos, homens e mulheres da UGT se unem também na luta pela saúde. "Essa campanha tem uma questão simples, que é a da conscientização do câncer de mama. Toda a mulher deve ter o direito de fazer o exame da mamografia, que é um passo importantíssimo para se curar", introduz Cássia Bufelli, secretária da Mulher da UGT.

A mulher trabalhadora muitas vezes deixa de fazer o exame por dificuldade no agendamento do serviço público ou deixa de fazer a mamografia para não faltar no trabalho ou porque são chefes de família e acabam descuidando da própria saúde.

Para dar apoio na saúde preventiva da mulher e exterminar as mortes causadas por esta doença, Cássia Bufelli levantou a proposta de a UGT levar ao próximo Congresso, na pauta da agenda de reivindicações,

uma página dedicada ao apoio desta causa. "Gostaria de pedir que os sindicatos filiados à UGT abracem essa causa e que estabeleçam o direito da mulher poder ter uma falta anual no trabalho para a realização da mamografia", defende.

Proposta que foi aceita por unanimidade pelos dirigentes ali presentes. Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, destacou que todas as atividades cidadãs que a UGT faz, seja na saúde, na sustentabilidade, nas questões de raça e gênero, e acessibilidade, são desenvolvidas por mulheres.

"A UGT é mulher! Essas ações partem delas, pela responsabilidade, pela sensibilidade, pela percepção. E essa, a da prevenção, é uma tarefa cidadã. A UGT nacional está se comprometendo em dar uma dimensão ampla para esta campanha. Temos que dar sequência, tornar factível, sair das palavras e ir para as ruas. Fico feliz em presidir uma central mulher, cidadã e focada nesta questão!", comemora o presidente Patah.

Moacyr Pereira, secretário de Finanças da UGT e presidente do Siemaco, frisa a importância dessa luta em uma categoria cuja maioria é composta por mulheres. Para ele, muitas mulheres conquistaram cargos de chefias, de prefeitas, presidentes, ministras, deputadas, embora falte ainda muito a conquistar.

"Parabenizo este avanço e conquistas que as mulheres vêm alcançando ao longo do tempo. Mas ainda há muita violência. Na nossa categoria, o índice de violência doméstica é impressionante, além da violência laboral. A violência de



*Cidades de todo o Brasil e seus monumentos ganham tons rosados e azulados em adesão às ações Outubro Rosa e Novembro Azul. Na foto, o prédio da sede do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo (esquerda) e, ao fundo, Viaduto do Chá, centro de São Paulo*



perder uma companheira, vitimada pelo câncer, é uma luta que deve ser combatida. Independentemente de homem, mulher, raça ou crença religiosa, temos que nos unir para preservar vidas”, ressalta Moacyr Pereira.

Tina Ramos, conhecida como Tininha, é fundadora da Unaccam (União e Apoio ao Combate do Câncer de Mama) e da Femama (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama). Tem como missão capacitar voluntários tornando-os multiplicadores de informações em saúde mamária e prestar apoio aos pacientes com câncer de mama e seus familiares. Ela promove cursos para empresas, com apoio da classe médica.

Considerada a doutora do amor, alerta para a importância da mamografia, da observação de alterações no corpo e o autocuidado. E deixa um conselho: “Dizem que quem procura acha, mas quem acha cura!”.

Para a médica e professora Dra. Albertina Duarte Takiuti, ações como essas da UGT, que trazem o dia a dia

da mulher, este trabalho vai além. “Porque já começa na divulgação, com o trabalho coletivo de valorização da saúde da mulher. Nessa discussão já se cria um coletivo de ação e esperança e a UGT passa a ser uma agente de saúde”. Dra. Albertina ressalta a importância de tratar o amor, a autoimagem, o carinho e reconhecimento pela mulher. O resgate do olhar da mulher que foi diagnosticada com câncer é muito importante no processo da luta para a cura.

Cleonice Caetano de Souza, secretária de Saúde e Segurança no Trabalho da UGT, frisou a importância de se conscientizar a mulher sobre seu sistema fisiológico. “Muitas mulheres que se sentem masculinizadas não têm feito prevenção, não respeitando seu corpo biológico e sua orientação sexual”, lembrando que há um grande índice de câncer de mama nessas mulheres, simplesmente por ignorarem que, mesmo tendo feito suas escolhas sociais, seu organismo interno é de uma mulher.

“Esse trabalho vem para resgatarmos esse ânimo na mulher e resgatar muitos prazeres em nossas vidas. E nós, na qualidade de dirigentes e multiplicadores, temos o compromisso de passar essas informações. Esse é o papel da UGT nacional, de direcionar e levar adiante essas políticas. Temos orgulho em



Tina Ramos (Tininha) - é fundadora da Unaccam (União e Apoio ao Combate do Câncer de Mama) e da Femama (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama)



Sindicato oferece exame de mamografia às comerciárias filiadas

vestir a camisa rosa, assim como vestiremos a camisa azul em novembro, com as ações de conscientização para a saúde do homem”, finaliza Cássia Bufelli.

### E no mês azul, nem tudo é blue...

Segundo dados do Inca, o câncer de próstata é o sexto tipo mais comum no mundo e o mais prevalente em homens, representando cerca de 10% do total de cânceres. Sua taxa de incidência é cerca de seis vezes maior nos países desenvolvidos em comparação aos países em desenvolvimento.



Em parceria com sindicatos filiados, UGT promove ato de conscientização nos locais de trabalho

A UGT, na ciência de que precisa fincar sua bandeira de luta mais forte nessa causa, abriu o Seminário Internacional “Economia Informal: do Conhecimento à Ação”, em novembro, no Hotel Braston, em São Paulo, enfatizando as ações das secretarias da Mulher, da Juventude e Saúde e Segurança no Trabalho, em torno do Novembro Azul. O objetivo foi trabalhar a derrubada do preconceito sobre o tema, por meio da informação. Foram distribuídos materiais por todas as UGTs estaduais, conscientizando os homens sobre a importância de se realizar o exame de próstata.

O movimento Novembro Azul surgiu na Austrália, em 2003, aproveitando as comemorações do Dia Mundial de Combate ao Câncer de Próstata, realizado em 17 de novembro. Conhecido como “November” (em alusão ao bigode do personagem Mario Bross), é uma campanha de conscientização realizada por diversas entidades no mês de novembro, dirigida à sociedade e aos homens sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata e outras doenças masculinas.

Do resultado das ações, Cássia Bufelli chama atenção para a forte resistência por parte dos homens. “Notamos pelas campanhas feitas

pelo Brasil que falar do tema ainda choca. E é uma questão que o movimento sindical tem que estar atento e colocar em suas bandeiras para ser debatida, porque é falar da vida, sobre a prevenção. No Amazonas, tivemos um retorno bacana. Foi o Estado que mais conseguiu agendar exames de próstata”, comemora a secretária da Mulher.

Para Cássia, tanto o Outubro Rosa quanto o Novembro Azul têm que ir pelo viés informativo para que as pessoas possam desmistificar a doença por falta de conhecimento e resistência.

#### FEMAMA

(Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama) - luta para erradicar o câncer de mama como uma doença que ameaça a vida.  
[www.femama.org.br](http://www.femama.org.br)

#### UNACCAM

(União e Apoio ao Combate do Câncer de Mama) - capacita voluntários a dar apoio aos familiares e pacientes com a doença.  
[www.unaccam.com.br](http://www.unaccam.com.br)

#### INCA

(Instituto Nacional do Câncer)  
[www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br)



# A FORMAÇÃO QUE QUEREMOS

**R**efletir sobre as dimensões da Formação Sindical e buscar respostas para questionamentos baseados em eixos temáticos de alta pertinência para aqueles que vivem o cotidiano da ação sindical é a proposta da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Por isso a central está construindo os pilares da política nacional de formação. Esse processo deve balizar a atuação ugetista no sentido do enfrentamento da crise e da luta por uma transição justa para um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, com a defesa do emprego, da renda, do direito de greve, da negociação coletiva, da qualidade de vida e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para dar conta destes desafios, a UGT convidou o Instituto Paulo Freire para auxiliar e ajudar a elaborar a proposta pedagógica para o projeto, porque a proposta tem o objetivo de formar sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica. Essa intenção também poderia ser enunciada como a formação da capacidade de 'ler e interpretar' um mundo complexo e em constante transformação.

A secretária Nacional de Formação Sindical da UGT, Josineide de Camargo Souza enfatizou que esta proposta tem como foco central a capacitação de novos formadores. Por isso sua primeira tarefa foi iniciar um Programa de Formação de Formadores, um curso organizado em três módulos, presenciais e à distância com a participação de assessores e sindicalistas de todas as regiões do país.

Marina Silva, assessora técnica da Secretaria, disse que eles partem da Leitura do Mundo, do conhecimento dos participantes, de suas expectati-



## Curso da UGT em parceria com o Instituto Paulo Freire busca promover a educação emancipadora visando à transformação social

vas, necessidades e potencialidades. A metodologia freiriana se contrapõe a uma educação burocrática e conteudista. O conteúdo da formação é definido a partir da situação concreta, presente, existencial dos participantes do processo formativo. Esta metodologia não apresenta respostas prontas para a solução dos problemas. Entende que a educação implica responder questões sobre os problemas vividos; implica pensar, aproximar-se criticamente da realidade, superar a visão ingênua e construir a visão crítica sobre

a realidade. Ela pressupõe o pensar coletivo e promove um profundo diálogo crítico com o saber que nasce da experiência de cada um.

Prova de que o caminho trilhado pela UGT está funcionando são as opiniões dos alunos. Eles seguem nesta trajetória motivados e unidos. Entre um módulo e outro – serão três ao total – os integrantes do curso reforçam seus aprendizados num ambiente virtual de ensino e interação por aplicativos sociais.

Manoel Araújo Lima, da formação sindical da UGT Amazonas, res-

saltou que se interessou pelo curso desde o início e que tem aprendido muita coisa. “Despertou em mim o desejo de construir uma área na UGT/AM para dar apoio administrativo e judicial para todos os profissionais que queiram formar seus sindicatos. Assim evitaremos falhas, por exemplo, com as cartas sindicais.” Joyce Ribeiro Pereira, assessora técnica da Secretaria da Mulher da UGT Nacional, conta que a experiência de participar desse curso está promovendo transformações na sua vida profissional e no âmbito pessoal. “Estamos vendo a educação como instrumento de transformação, não mais como uma educação de transferência de informações sem diálogo.”

José Ribeiro da Costa, diretor de formação e qualificação da UGT Bahia, disse estar vivendo uma experiência incrível e transformadora. “Estamos observando que para ensinar o outro é preciso ter conteúdo e embasamento legal. Isto ajudará nas reivindicações de melhorias para os trabalhadores, para que eles possam ter o poder reivindicatório consolidado.” Ribeiro fala, ainda, da importância da organização do movimento sindical e dos benefícios disto para a vida do trabalhador “aprender a

se organizar e a articular o conteúdo da vivência com a lapidação de uma metodologia libertadora que o faz sair do lugar comum”.

Ygor Brandão Marques, secretário dos Servidores Públicos da UGT Goiás, reconheceu que a UGT é uma central jovem e está investindo na área de formação. Para ele, a interação entre participantes de todas as regiões do País é fundamental neste processo. “Nós vivemos num país com uma diversidade cultural fantástica e cabe a nós explorarmos tudo. Isso faz com que a UGT se enriqueça dessa diversidade brasileira sem se utilizar do conhecimento de maneira padronizada, respeitando a identidade local.”



Josineide de Camargo Souza é secretária Nacional de Formação Sindical da UGT



Dr. Moacir Gadotti, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Presidente de Honra do Instituto Paulo Freire e um dos formuladores do Fórum Social Mundial





*Os jovens, apesar de serem grandes consumidores e ditarem o ritmo que a sociedade se desenvolve, ainda constituem a parcela mais afetada pelo desemprego no País*

e, além destes, outras entidades e espaços em que a Central Sindical tem participação e interface.

Esse trabalho tem como base a certeza de que existem espaços para atuação dessas lideranças e que esses jovens, homens e mulheres, podem aprender e contribuir muito. Baseia-se, também, na certeza que integração entre a juventude e experiência é crucial para superar os principais desafios enfrentados pelo sindicalismo e, mais do que isso, levar o este movimento a um novo patamar, tanto de força quanto de qualidade.

O que defendemos é o estabelecimento de uma relação de cooperação e a construção de sinergia entre dirigentes experientes e jovens, que todo o conhecimento do mundo sindical e a experiência possam ser somados à energia e ao conhecimento – fruto da vivência – dos problemas contemporâneos típicos de uma enorme parcela da força de trabalho. Essa mescla pode, sem dúvidas, promover enormes transformações e revolucionar a atuação sindical no Brasil e no mundo.

Em 2015, a UGT tem uma grande oportunidade de dar um passo em direção dessa “sinergia transformadora”. Os Congressos Esta-

duais e o Congresso Nacional da UGT são verdadeiras janelas através das quais essa aproximação pode (e deve) ser feita. Proporcionar espaços de atuação aos jovens dirigentes sindicais, em conjunto com os dirigentes mais experientes, é o caminho para não apenas garantir a formação de quadros com qualidade e a manutenção do movimento sindical, mas uma importante oportunidade de modernizar/revolucionar a ação sindical e construir um novo modelo de atuação. O sindicalismo ético, cidadão e (sobretudo) inovador defendido pela União Geral dos Trabalhadores pode, mais uma vez, ser colocado em prática.

É, ainda, uma excelente oportunidade de mostrar ao jovem trabalhador que ele é representado pelos “mestres que aqui estão” e por outros que são iguais a eles. Essa necessidade se faz urgente, haja vista as manifestações que deixam claro o interesse da juventude e revelam os riscos de enfraquecimento e colapso do movimento sindical em caso de inércia.

Juntos somos mais fortes!



**Luiz Gustavo de Pádua  
Walfrido Filho é Secretário  
Nacional de Juventude da UGT**

## 2015: A JANELA PARA A CONSTRUÇÃO DA SINERGIA TRANSFORMADORA

O jovem desempenha um papel fundamental na sociedade globalizada em que vivemos. Representando, hoje, a maior parcela da força de trabalho, a juventude transforma padrões de produção e consumo, movimentando economias e dita o ritmo que a sociedade se desenvolve.

Por outro lado, essa mesma juventude enfrenta graves problemas e é marcada – ainda – pela exclusão e discriminação. Essa vulnerabilidade social é ainda mais latente nas camadas mais pobres, sobretudo entre negros e jovens de baixa escolaridade.

Não bastasse, a juventude constitui a parcela mais afetada pelo

desemprego (que ainda persiste), a rotatividade, os baixos salários e a precarização.

Apesar de todo esse potencial, os problemas apresentados mostram que a juventude brasileira encontra-se em risco. A Secretaria de Juventude da UGT é sensível a essas questões e trabalha, nacional e in-

ternacionalmente, em prol da valorização do jovem trabalhador.

De forma resumida, o trabalho da Secretaria parte dessa realidade e se divide em dois grandes eixos. O primeiro deles corresponde às ações de representação da juventude no mundo sindical e fora dele, com ênfase na defesa dos interesses e na ampliação dos direitos do jovem trabalhador. Já o segundo diz respeito ao trabalho de formação e organização de lideranças sindicais jovens em todas as estruturas ligadas à UGT. São sindicatos, federações e confederações



# ALIADA AO TRABALHADOR, UGT TRAÇA METAS RUMO À COP21

Contra discussões de lobbies de indústrias e interesses políticos, UGT quer desenvolvimento e o interesse da classe trabalhadora pautados na nova agenda do Clima

**N**a defesa da qualidade de vida do trabalhador e por mais ênfase nas bandeiras de transição justa e trabalho decente nas pautas do Governo, organizações internacionais e sociedade civil, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) participou da 20ª edição da Conferência para o Clima

da ONU (COP20), realizada em dezembro de 2014, em Lima, no Peru. A articulação da UGT na COP20 foi muito importante para a representação do trabalhador da América Latina. Junto com as demais centrais sindicais, a missão era pressionar os governos a adotarem políticas públicas socioambientais, para que a

agenda do trabalhador fosse inserida nas discussões. Trabalho decente e transição justa eram motes que deveriam ter tido mais atenção nos debates com as autoridades. Foi o que o movimento sindical procurou enfatizar nas reuniões com o Itamaraty, porém sem muito sucesso.

Com vistas a uma sociedade moderna, livre e sustentável, a UGT entende que um equilíbrio ambiental é imprescindível. Desde a COP15 (2009), em Copenhague, na Dinamarca, a UGT vem lutando pela classe trabalhadora na agenda do Clima, uma vez que compartilha da causa por um novo mundo, com desenvolvimento sustentável. Este novo acordo, que será assinado em Paris em dezembro deste ano, irá substituir o Protocolo de Kyoto e interferir diretamente no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na economia do País.

## Entenda os motivos de colocar em pauta essas duas bandeiras

Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, explica que o conceito de transição justa defendido pelo movimento sindical internacional, representado pela Confederação Sindical Internacional (CSI), pressupõe que os processos de mudança de uma economia de alto índice de emissão de carbono e outros poluentes para uma economia chamada de "baixo carbono" devem ser tomados com a preocupação precípua de proteger os empregos e gerar outros novos, por meio de políticas de qualificação e requalifi-







**Delegação da UGT participa da COP 20, realizada em Lima, Peru**

(transição justa e trabalho decente). A UGT encontrou resistências diversas à inclusão destes no rascunho, resistências expressas na falta de disposição dos governos, inclusive do brasileiro, de apresentar proposta de texto que contemple as demandas da classe trabalhadora.

**Nos bastidores, inúmeros fatores impediam o avanço e o consenso nas negociações**

Gustavo Garcia, assessor das Secretarias de Políticas Públicas e de Relações Internacionais da UGT, enumera diversas razões para o desvio de atenção da pauta trabalhadora. Entre elas, a mudança de negociadores dos países que abraçavam a causa e os que entraram não tinham levantado esse interesse ainda, motivo que causou lentidão nas demais negociações, mas que ainda constavam nas pautas de medidas de impacto, que são as que os países têm que tomar para abrandarem o choque com grandes setores, principalmente o petrolífero.

Neste quesito, a demora também desagradou ao Itamaraty, que esperava que o rascunho do acordo para o Clima saísse na COP20, para que em 2015 se trabalhasse no estabelecimento de metas.

O Brasil, representado pelo embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, registrou que defende um escopo amplo e paritário para as Contribuições Naturalmente Determinadas (NDPs) e um acordo de mudanças climáticas, claro, para então estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa (GEE). Cícero Pereira da Silva, secretário adjunto de Integração para as Américas da UGT, ressalta que houve entraves de acordo com as responsabilidades que os países deveriam tomar.

O Itamaraty defende a diferenciação entre os países do Anexo I e do Anexo II com relação às metas de emissão. Os países do Anexo I (com compromissos vigentes de redução

de emissões) querem que as responsabilidades sejam equiparadas. Os do Anexo II (sem compromissos atuais) querem responsabilidades diferenciadas, pois, historicamente, os países do Anexo I foram os maiores emissores, alcançando seu desenvolvimento às custas do meio ambiente. "O que se quer é que os demais países, que ainda estão em desenvolvimento, possam fazê-lo com responsabilidade e sustentabilidade, não da forma como os já desenvolvidos o fizeram", esclarece Cícero Pereira.

Sidney De Paula Corral, secretário de Integração para as Américas da UGT, pondera que não se deve condenar os países que ainda estão em desenvolvimento a permanecer subdesenvolvidos, enquanto os países desenvolvidos se beneficiam da inovação tecnológica já obtida com um alto índice de emissões para manter-se no topo do desenvolvimento, recusando-se a compartilhar o conhecimento tecnológico.

Há discussões sobre o lobby das

indústrias de um lado, o poder político de outro. E o interesse dos trabalhadores? Segundo relatório da equipe da UGT, a transferência de tecnologia implica em problemas de direitos autorais e propriedade intelectual, a maioria deles em território de países desenvolvidos. O foco do acordo é desenvolvimento, e não apenas emissões, destaca a UGT.

Muito ainda terá que ser debatido na nova agenda do ClimaPara Patá, a mudança de matriz de produção no mundo implicará fatalmente na readequação das formas de produção, nas matrizes energéticas, nas formas de transporte da produção, no descarte e no tratamento dos resíduos sólidos, no acesso aos recursos naturais e bens comuns, como a água, a energia, terra e à segurança alimentar e nutricional, entre outras consequências. "Tudo isto significa que os trabalhadores destes setores e de outros setores relacionados sofrerão as consequências desta mudança de matriz. Nossa preocupação é que nesta nova abordagem

do desenvolvimento no mundo, os trabalhadores novamente paguem a conta", enfatiza o presidente da UGT.

Cristina Palmieri, do Comitê de Sustentabilidade da UGT, sintetiza que as negociações caminharam para uma COP21 sem grandes mudanças, um fracasso maior que das últimas COPs, uma Conferência sem acordo ambicioso e vinculante.

"Esta deveria ser uma Conferência sobre desenvolvimento, onde deveria existir um crescimento econômico sustentável, não baseado em uma indústria com alto consumo de combustíveis fósseis, água e fontes de energia suja, que limita o direito ao desenvolvimento de povos e trabalhadores, mas de um novo modelo de desenvolvimento pautado em uma transição justa, com modelo energético limpo e renovável, com trabalho decente para todos os povos. Onde as políticas econômica, social e ambiental permitam alcançar um desenvolvimento realmente sustentável para todos", finaliza Cristina Palmieri.







# A LUTA CONTRA O TRABALHO INFANTIL ESTÁ NO DNA DA UGT

**D**esde a fundação da União Geral dos Trabalhadores (UGT), em 2007, Ricardo Patah, presidente nacional da Central, é enfático ao afirmar que a educação de qualidade, o enfrentamento ao trabalho infantil e a ampliação dos direitos das crianças e adolescentes são fatores primordiais da luta ugetista por um sindicalismo cidadão, ético e inovador.

Desta forma, a UGT, por meio da sua Secretaria da Criança e do Adolescente, participa de atividades e promove ações que visam fortalecer o ideal de que a infância saudável é fundamental na formação de cidadãos e construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nessa incansável luta, destacam-se a atuação de entidades como: Fundação Abrinq, Fundação de Atendimento Sócio - educativo (FASE), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Centro Especializado em Análise do Comportamento (CEAC), Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo (CONSABESP), Conselho Gestor do Saneamento Básico (CONSABI), Instituto de Promoção Social (IPROS), das centrais sindicais CUT e Força Sindical e demais instituições que não medem esforços para enfrentar este que é um verdadeiro câncer da nossa sociedade.

De todas as formas de abuso contra menores, o trabalho infantil ainda é o mais comum e o que se apresenta, pelo menos no Brasil, como uma maneira de educar e formar "cidadãos de bem", se mostrando enraizado na cultura brasileira como uma atividade que tira as crianças das ruas e do convívio com "más companhias", o que na realidade é um grave erro, pois rouba infâncias, prejudicando o desenvolvimento e a formação de cidadãos.





Imagem: Valter Campanato Agência Brasil

Por esse motivo, desde os tempos da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), que se uniu à CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e SDS (Social Democracia Sindical) para formar a UGT, já eram realizadas diversas atividades visando ao bem estar e à ampliação de direitos para as crianças e adolescentes. Em 1998, por exemplo, Laerte Teixeira da Costa, à época presidente da CAT, recebeu a visita do então coordenador da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, Kailash Satyarthi, que teve seu nome abreviado e passou a ser chamado de 'Caleb', hoje Prêmio Nobel da Paz.

Na época, Luiz Carlos Martins Bacalhau, Tadeu Amaral, Francisco Ferreira de Sousa e Carlos Alberto Santos de Oliveira (Gato), por serem militantes da área social, foram de-

signados a assumir as atividades ligadas ao combate do trabalho infantil.

As ações deram certo, tiveram repercussão e levantaram as discussões sobre o tema com a ótica do crime que é praticado contra a criança, mas infelizmente culminou no assassinato do companheiro Gato por denunciar o trabalho infantil em laranjais, além do desvio de equipamentos e materiais que deveriam ser usados na educação pela Prefeitura de Boquim (SE).

Atualmente, a UGT intensificou suas ações em prol da ampliação dos direitos da criança e do adolescente e, pelas ações promovidas, participação ou apoio que a Secretaria da Criança e do Adolescente da Central dá a eventos que busquem ampliar as discussões sobre os temas relacionados à infância,

reforça o quanto esta é uma luta que faz parte das suas decisões políticas, assim como a atuação em outros segmentos sociais.

Segundo Rumiko Tanaka, secretária da Criança e do Adolescente da UGT, em 2014 todos os esforços das entidades que atuam no enfrentamento ao trabalho infantil foram, quase que exclusivamente, em torno da Copa do Mundo, numa maratona que teve início em janeiro, com um encontro que aconteceu na sede do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo.

No encontro, que reuniu representantes da UGT, Força Sindical, CUT, e CTB, foram discutidas as atividades conjuntas que as centrais realizariam durante a Copa, sempre com o objetivo de conscientizar o maior número de pessoas sobre os malefícios do trabalho precoce e sobre o combate à exploração infantil durante a realização do evento e no período de construção dos estádios.

Outro ponto de discussão, principalmente com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), foi em relação à contratação de crianças e adolescentes como gandulas, o

que, depois de um encontro com representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), culminou em um acordo favorável com a entidade brasileira, mas sem o resultado esperado, já que o evento era de responsabilidade da Federação Internacional de Futebol (Fifa), que estava, somente na abertura e no encerramento da Copa, com mais de 40 crianças.

Entre as atividades realizadas no período da Copa do Mundo, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e do Adolescente, em parceria com a OIT e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), fez o lançamento da campanha "CARTÃO VERMELHO AO TRABALHO INFANTIL", como atividade de mobilização no Brasil, que também aderiu ao 12 de junho como Dia Nacional contra o Trabalho Infantil.

Como representante membro titular da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), do MTE, Rumiko participou de reuniões ordinárias e de subcomissões, em que foram abordados, entre tantos temas, os resultados do monitoramento do Plano Nacional

de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente, prevendo penalidades para pessoas que recorrem ao Crédito Rural e empregam crianças explorando a mão de obra barata, o que deve avançar no decorrer deste ano, já que não houve consenso entre as bancadas de trabalhadores, Governo e empregadores.

Em agosto, durante o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, entre outros assuntos, foi dada prioridade à aprendizagem como estratégia para o enfrentamento e combate ao trabalho infantil.

O ano de 2014 foi um período de muitas atividades e embates. Desta forma, a UGT, representada por Rumiko Tanaka, participou de diversas ações e se fortaleceu como entidade protagonista na construção de políticas públicas voltadas para a criança e para o adolescente, mostrando que esta é uma bandeira de luta que encontra no interior da Central todo o apoio necessário para avançar com as propostas que têm como objetivo uma sociedade melhor para todos.



trabalho decente  
vida decente

"No Brasil, cerca de 5 milhões e 500 mil crianças e adolescentes encontram-se em situação de trabalho infantil. Enquanto não for priorizada a educação em período integral e mais escola para todos, a erradicação dessa cultura que faz tanto mal a nossa sociedade não acontecerá"

**Rumiko Tanaka**  
(terceira da direita para a esquerda)



## MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Desde 2013 em discussão na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.998/2013, que estabelece uma legislação em consonância com evidências científicas que valorizem e garantam a atenção integral às crianças de 0 a 6 anos, foi aprovado, em dezembro, por uma Comissão Especial e teria como próximos passos, o envio para o Senado e posterior sanção da Presidência.

Contudo no apagar das luzes do ano legislativo, um grupo de parlamentares foram contra a essa aprovação e, alegando genericamente que o texto necessita de ajustes, sem especificar um item sequer que careça de revisão, entraram com recurso, o que atrasa o processo de aprovação, fazendo com que o texto seja novamente debatido e submetido ao plenário da casa.

O Marco Legal prevê, entre outras coisas, que a elaboração de políticas públicas para Primeira Infância tenha como áreas prioritárias a saúde, a alimentação e nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, a proteção frente a toda forma de violência, bem como a prevenção de acidentes.

### Por que é importante investir na Primeira Infância?

Evidências científicas da última década demonstram que os investimentos em políticas públicas para a Primeira Infância, período de vida que vai da gestação aos seis anos, são os mais eficazes e que trazem mais retorno, pois repercutem em todos os anos posteriores, influenciando na vida escolar, no trabalho, e em outros aspectos socioeconômicos. É neste período que acontece a maior transformação física,



*O projeto representa um passo importante para o avanço nas políticas públicas de proteção à criança, mesmo assim sofre resistência*

psicológica e emocional do ser humano. A criança começa a se formar na barriga da mãe e até os primeiros três anos de vida acontece 70% do desenvolvimento cerebral. Boa parte das habilidades (motoras, cognitivas e socioemocionais) adquiridas durante os seis primeiros anos de vida irão refletir no desempenho e no desenvolvimento dos anos seguintes, e em alguns aspectos eles podem ter forte impacto na vida adulta.

Nesta fase, é importante que sejam estabelecidas políticas públicas que integrem diversos órgãos, ou seja, os programas focados em primeira infância precisam ter participação entre a Saúde, Educação e Assistência Social, principalmente aqueles voltados para as crianças em situação de vulnerabilidade social. Para isso, é importante aumentar tanto recursos financeiros quanto humanos para promover a saúde

da mãe, o cuidado na gestação, no parto e pós-parto, a participação e corresponsabilidade do pai, a nutrição adequada do bebê e a criação de um ambiente sadio e rico em estímulos para seu desenvolvimento e aprendizagem.

Neste sentido, o Projeto de Lei prevê a obrigatoriedade do desenvolvimento de componentes de monitoramento e coleta sistemática de dados, avaliação periódica dos serviços e divulgação de resultados. Uma medida de transferência e comprometimento com a qualidade dos serviços.

As mudanças previstas no projeto são de extrema relevância para estabelecer um plano de nação e ampliar para todo o país os resultados de ações voltadas para a Primeira Infância, de maneira sistemática e ampla. O Projeto responde, assim, à cobrança de mais empenho das autoridades neste caminho.

## BANCOS RESTRINGEM A ENTRADA DE CLIENTES PARA EVITAR MULTA E CUMPRIR A LEI DAS FILAS

Enfrentar fila nos bancos para fazer um depósito, sacar dinheiro, descontar um cheque ou comprar moeda estrangeira tem se tornado coisa rara, mas não porque as agências aumentaram o número de funcionários ou porque conseguiram resolver os problemas relacionados com a demora nos atendimentos, pelo contrário, agora estão restringindo a entrada dos clientes para atendimento nos caixas convencionais.

Esta é uma medida que visa, entre outras coisas, evitar que os bancos sejam enquadrados na Lei das Filas, em que é estabelecido, por leis municipais e as normas da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o tempo máximo em que o cliente tem de ser atendido.

Em Ribeirão Preto, o tempo de tolerância é de no máximo 15 minutos para atendimento nos bancos e casas lotéricas. Quem descumprir pode sofrer multa de R\$ 6.042 ou o dobro no caso de reincidência.

A tolerância máxima é determinada por alteração da Lei 10.122, de junho de 2004, publicada pela Prefeitura da cidade, no Diário Oficial do Município. A única exceção é em véspera ou dia seguinte a feriado.

A fiscalização é feita pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e, quando há uma demora exagerada, o Judiciário tem condenado os bancos a indenizar os clientes por danos morais. "A Lei da Fila é importante, o consumidor ganha com isso, mas acaba sendo preocupante para a categoria bancária, pois, em vez de contratar mais profissionais, os bancos estão cada vez mais enxugando seus quadros de funcionários", diz Valdomiro Fernandes Jr., presidente do Sindicato dos Bancários de Ribeirão Preto (SEBRP).



Algumas agências bancárias de Ribeirão Preto estão restringindo o atendimento nos caixas convencionais para a realização de depósitos e orientam aos clientes que o serviço só pode ser feito nos caixas eletrônicos. Esse procedimento é considerado ilegal pelo Banco Central do Brasil e Procon e é passível de autuação. Muitos bancos têm adotado essa prática com o intuito de ter menos clientes dentro do banco e menos filas. Esse procedimento é considerado ilegal pelo Banco Central do Brasil e Procon, além de ser passível de autuação. Muitos bancos têm adotado essa prática com o intuito de diminuir a circulação de pessoas dentro do banco. Desta forma, o problema das longas filas fica resolvido, contribuindo para que as agências diminuam seu quadro de funcionários.

Os atendentes e caixas acabam por sofrer assédio moral, pressão e xingamento por parte dos clientes.

Pela forma como os bancos atendem os clientes, filtrando ou até mesmo bloqueando a sua entrada,

faz-se necessário realizar várias perguntas ao cliente, promovendo uma grande exposição do que ele foi fazer na agência e aumentando a insegurança dos clientes com consequente aumento de assaltos e a famosa "sai-dinha de banco, modalidade de crime que consiste no assalto ou furto que ocorre logo após a vítima sacar determinada quantia em dinheiro dos bancos e/ou caixas eletrônicos.

O que se espera dos banqueiros é que aumentem o número de bancários para que seja cumprida a Lei das Filas.



Valdomiro Fernandes Jr. é presidente do Sindicato dos Bancários de Ribeirão Preto (SEBRP)



# A LUTA DA JUVENTUDE PELA CONQUISTA DA SEGURIDADE SOCIAL

Em 2014, a Guatemala foi palco latino-americano das discussões sobre gênero no mercado de trabalho e a discriminação que alguns grupos sofrem em ambiente laboral

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) participou do seminário "Seguridade Social de Gênero no Trabalho", que aconteceu nos dias 12 e 13 de novembro, na Guatemala.

No evento, que reuniu sindicalistas de diversos países latino-americanos, a Central brasileira foi representada por Valmira Luzia, diretora da UGT-SP e do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing (Sintratel). "Nossa Central está convicta da necessidade de lutar pela implementação de mais políticas públicas no Brasil e em toda América Latina em defesa de bem-estar e seguridade social para os trabalhadores e trabalhadoras que sofrem discriminação e desconstrução de sua identidade social", explica a dirigente.

Valmira salientou que, no encontro, foi debatido que a luta pelo direito de ingresso e permanência da população feminina no trabalho passa pelo reconhecimento das especificidades das trabalhadoras, responsáveis pela prole e bem-estar da família. Afinal, elas sofrem com a insuficiência e, em alguns casos, inexistência de políticas de proteção social.

Essas mulheres, diretamente, são as que mais toleram o dilema das contradições sociais geradas pela modernidade tecnológica, que



conflita permanentemente com a modernização das relações socioeconômicas entre mulheres e homens nos espaços sociais.

A superexploração do trabalho feminino gerada por essa situação obriga as mulheres a realizar duplas jornadas. Com isso, mutila a capacidade laborativa e as afasta da profissão precocemente, o que com o passar do tempo, de maneira invisível e sutil, compromete sua cidadania e a penaliza pelo simples fato de ser mulher.

## Juventude também requer proteção social

A juventude se depara com o paradigma imposto a boa parte

desse grupo de trabalhadores que exercem as mesmas funções que outros grupos, mas não recebem as mesmas garantias sociais e remuneração. Sua participação no mercado de trabalho sofre todo tipo de violação, uma verdadeira revisão na legislação que amputa direitos já conquistados e reduz salários.

O setor de prestação de serviços latino-americano hoje conta com a concentração de cerca de 70% de mulheres e jovens nos postos de trabalho – uma parte considerável da população vulnerável sujeita à opressão nas relações de trabalho.

A juventude é símbolo de modernização e garantia da continui-

dade da sociedade. Apesar disso, ocorre a contínua desvalorização e a violação de garantias sociais já conquistadas pelos jovens em normas trabalhistas, declaração de direitos humanos e convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho), situação flagrante nos mais diversos setores de trabalho.

Desta forma, as garantias de renda e benefícios sociais estão sofrendo mutilações. Pessoas são afastadas do trabalho cada vez mais cedo. As novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras de uma mesma categoria de trabalho são empobrecidas paulatinamente a partir de curvas salariais ou pro-

gramas de inserção ao trabalho destinados apenas para a geração de renda mínima.

## Internacionalização da luta das mulheres

Considerando que as mulheres trazem consigo o estigma de "rainhas do lar" e estão presas a tarefas designadas a mães, filhas e esposas, apesar de também serem coordenadoras, diretoras, gestoras acadêmicas, entre outras profissões com pleno reconhecimento intelectual, essa sobrecarga de trabalho desvaloriza o papel social e explica o adoecimento dessas profissionais.

Assim, é uma necessidade fomentar a união das trabalhadoras latino-americanas e é fundamental a internacionalização da luta por mudanças e desconstrução dos elementos que vulnerabilizam as mulheres no trabalho e alienam seus direitos.

Diante dessa realidade, a Confederação Sindical das Américas (CSA) e todos os participantes decidiram concentrar esforços para fazer do Seminário Internacional um fomentador do leque de reivindicações pelo reconhecimento dos direitos da mulher e da juventude em todos os espaços sociais.

A UGT está pronta para contribuir com a luta por democracia e igualdade social e pela unidade no movimento internacional dos trabalhadores e trabalhadoras, visando atuar sempre em defesa da equidade das relações de gênero e juventude no trabalho como um dos elementos de transformação da sociedade para nós e para os que virão.



Valmira Luzia é diretora da UGT-SP e do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing (Sintratel)





Pela primeira vez uma manifestação acontece dentro de um salão do automóvel

tadora, uma vez que, para instalar um movimento sindical na fábrica, é preciso que os (as) operários(as) votem em sua maioria por essa implantação. Contudo, no momento das contratações, é iniciada uma campanha maciça para que essas pessoas votem sempre contrários aos sindicatos, podendo sofrer sanções laborais ou a dispensa de suas atividades.

tadora em outras regiões como, por exemplo, no Brasil", explica o sindicalista.

**A Nissan não respeita os direitos dos trabalhadores**

Desde 2012, a UGT e a UAW realizam um série de ações visando denunciar e reverter a situação dos trabalhadores e trabalhadoras da fábrica da Nissan, no Mississippi.

Lá, os funcionários vivem à mercê das políticas impostas pela mon-

Essa ameaça e esse medo dos funcionários em votar pela instalação do sindicato na Nissan fazem com que ela desrespeite não só leis trabalhistas, mas também direitos humanos, pois, segundo o relato, existem casos de trabalhadores terem de usar fraldas geriátricas para não terem que ir ao banheiro, parando assim sua produção, e de empregados temporários que exercem a mesma função dos contratados, mas recebem menos da metade de seus salários, entre outros.

# UGT E UAW FAZEM ATO NO SALÃO DO AUTOMÓVEL DE SÃO PAULO

O conjunto de ações realizadas por meio da parceria entre a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a United Automobile Workers (UAW) em defesa dos operários da Nissan em Canton, no Mississippi, teve escrito, em novembro, um novo

e importante capítulo nessa história. Durante a realização do Salão do Automóvel de São Paulo, 80 pessoas compraram seus ingressos e, pacificamente, fizeram um protesto no estande que a montadora.

Esta foi a primeira vez que uma manifestação aconteceu dentro do

Salão, assim, a atividade que teve como objetivo expressar a indignação contra a montadora que, no estado norte americano, pratica antissindicalismo e viola direitos trabalhistas, teve repercussão internacional.

Para Ricardo Patah, presidente

da UGT, a Central é solidária aos trabalhadores norte-americanos porque a prática antissindical é o primeiro passo para exploração. "Nos solidarizamos e apoiamos a luta da UAW porque esses trabalhadores precisam ter os mesmos direitos que têm os funcionários da mon-



**"A Central é solidária aos trabalhadores norte-americanos porque a prática antissindical é o primeiro passo para exploração"**

**Ricardo Patah**



# É PRECISO CUIDAR BEM DO CORAÇÃO

Órgão que mantém a vida tem um trabalho incansável, mas também pode ser traiçoeiro

“O coração é admirável, mas também é traiçoeiro.” É assim que o cirurgião cardiovascular Luís Alberto Oliveira Dallan define o órgão que mantém a vida. Ele explica que a atividade incansável do coração encanta a todos, mas também pode causar uma tragédia inesperada de um momento para outro. Por isso, é preciso tomar uma série de cuidados.

Dallan, que é professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e diretor da Unidade Cirúrgica de Coronariopatias do Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas da USP, explica que esses cuidados representam tudo o que é recomendável e pouco seguido, o que pode ser resumido em levar uma vida saudável: evitar estresse, praticar exercícios, ter uma dieta saudável com pouco sal e gordura, controlar a pressão arterial e os níveis de açúcar e colesterol no sangue, evitar tabagismo, não se exceder em bebidas alcoólicas e prevenir a obesidade.

“Todo exagero sobrecarrega o corpo e deve ser evitado, inclusive o excesso de atividades consideradas saudáveis, como, por exemplo, exercício sem planejamento”, observa o médico. O ideal seria a prática de exercícios orientados, ao menos três vezes por semana. O médico recomenda a caminhada, acessível a todos. Além disso, é importante cuidar das emoções, que geram uma gran-



Dr. Dallan diz que “o recomendável é muito pouco seguido”

de descarga energética e podem alterar o funcionamento cardíaco.

## A importância da prevenção

Outro fator que influi na saúde do coração é a herança genética. O item alimentação também é preponderante. Em geral, orientais e esquimós têm pouca tendência a ter problemas cardíacos, “provavelmente devido ao tipo de dieta, com elevado consumo de peixe”, analisa o médico. Mas a prevenção é fundamental para todos, não só para quem tem casos de doenças cardíacas na família. “Como os hábitos de vida estão mudando muito, as mulheres estão infartando tanto quanto os homens em diversas faixas etárias, especialmente após a menopausa”, observa o dr. Dallan.

O médico recomenda exames periódicos a partir dos 40 anos. Inicialmente, pede-se um teste ergométrico (aquele na esteira, quando se monitora o ritmo do coração) e exames de sangue, como dosagem de colesterol e de açúcar. Se for de-

tectada alguma alteração, o médico solicita exames mais específicos, como cintilografia, teste de perfusão, angiotomografia ou mesmo um cateterismo. Assim será possível ver se tudo está em ordem.

As doenças do coração podem ser congênitas (quando a pessoa nasce com a doença) ou adquiridas. Estas últimas podem ser das coronárias, das válvulas, da aorta, ou uma associação de dois ou dos três tipos ao mesmo tempo, explica o dr. Dallan. “A doença mais comum é o entupimento das coronárias, que pode ser crônico e progressivo, e impede o sangue de circular.” O médico explica que as coronárias constituem as primeiras ramificações da aorta, formadas por artérias que se dirigem ao músculo cardíaco.

## Uma média de 20 a 30 cirurgias por mês

O ideal é a prevenção das cardiopatias, diz dr. Dallan. Se a obstrução das coronárias é pequena, é possível seu tratamento com medi-

camentos. Mas, quando a doença já está instalada, é preciso uma ação mais contundente. Uma das maneiras é tratá-la através da angioplastia, que consiste na dilatação da artéria coronária em seu local de entupimento, seguida da introdução de um stent, uma pequena mola, que visa manter a artéria aberta. Quando a obstrução é grande, a solução é realizar uma cirurgia que permita levar sangue com oxigênio para além do local da obstrução. Para tanto, utiliza-se uma veia de outra parte do corpo, como a veia safena, da coxa, que é enxertada no coração para que o sangue passe. Pode-se também lançar mão de outros tipos de enxertos, dentre os quais se destacam as artérias mamárias.

“As cirurgias cardíacas evoluíram muito”, afirma o médico, que realiza uma média de 20 a 30 cirurgias por mês. A cirurgia mais comum é a chamada revascularização do miocárdio, que envolve a realização das pontes com veia safena ou com artéria mamária. Também as cirurgias da aorta e das válvulas cardíacas vêm ganhando destaque.

## O QUE É O INFARTO

O infarto do miocárdio é consequência do entupimento total das coronárias, o que impede que o músculo do coração receba sangue, e pode causar desde uma sensação de mal-estar até mesmo levar à morte súbita. Mas nem sempre o infarto é notado. Muitas vezes, seus sintomas são confundidos com outras doenças (e o inverso também pode acontecer, fazendo com que outras doenças sejam confundidas com um infarto). Há casos em que a dor não é intensa e a pessoa não presta atenção aos sintomas. Isso acontece principalmente com diabéticos, que têm uma tendência a ter entupimento nas artérias de menor calibre e, num primeiro momento, o infarto pode passar despercebido.

As válvulas são fundamentais para o trabalho do coração, complementando o sistema de bombeamento que faz o sangue circular. No lado esquerdo do coração (onde corre o sangue arterial) são duas válvulas, que funcionam como tampas na entrada e na saída do mesmo. Esse verdadeiro sistema hidráulico cardíaco é perfeitamente sincronizado. O sangue entra no ventrículo esquerdo e a primeira válvula por onde ele passou se fecha, impedindo seu refluxo; em seguida, o coração se contrai empurrando o sangue para adiante, que passa pela segunda válvula e segue para o restante do corpo. Depois dessa passagem, essa segunda válvula se fecha enquanto a primeira abre e o coração se descontraí, puxando novamente o sangue para dentro de si. É esse movimento incessante que garante a vida de cada ser humano.

Com a idade, os tecidos e as estruturas que seguram as válvulas em seu lugar e permitem o seu adequado funcionamento (as “tampas do coração”) vão enfraquecendo e podem se endurecer ou romper, impedindo que o coração funcione corretamente. Muitas vezes, infecções ou doenças como a febre reumática, por exemplo, podem afetar as válvulas cardíacas.

Já as doenças da aorta também podem ocorrer com o avanço dos anos. A artéria aorta acaba se dilatando ou ficando mais fraca, situação que caracteriza um aneurisma. Isso pode comprometer a circulação do sangue e causar problemas.

## “Nasci duas vezes”

Durante alguns dias, Nildo Nogueira, diretor do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, ficou com dificuldade de respirar e se cansava à toa. Em um domingo, sentiu-se mal em casa e foi levado para o hospital. Seu médico, Dr. Luiz Antonio Machado César, disse que ele tinha água no pulmão e que a válvula do coração estava entupida. Era necessária uma operação delicada. Ele então chamou o colega Luís Dallan.

A operação durou oito horas, deixando os familiares preocupados. Dr. Dallan trocou a válvula aórtica de Nildo, pois a “original de fábrica” estava endurecida e não funcionava como devia. Após a cirurgia, o médico chamou o filho do paciente para explicar a operação e a família temeu pelo pior, mas tudo correu bem. “Ele me deu uma nova vida”, diz o diretor sindical, agradecido, e conta que sua esposa diz que ele nasceu duas vezes: no dia 27 de janeiro, quando veio ao mundo, e em julho passado, quando fez a operação.



“Agora faço aniversário em janeiro e em julho”



# UGT e SINDIMOTORISTAS INTENSIFICAM LUTA CONTRA A QUEIMA DE ÔNIBUS



O ano de 2015 mal começou e, em São Paulo, a população voltou a sofrer as consequências de novos casos de queima de ônibus, o que só faz prejudicar ainda mais o já falho sistema de transporte público, além de colocar em risco a vida de pessoas que nada têm a ver com os motivos alegados para tal barbárie, aumentando a insegurança da população.

Diante desse cenário, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano da Cidade (Sindmotoristas) estão intensificando ações para enfrentar essa situação, principalmente depois que o motorista John Carlos Soares Brandão, que, na noite de 18 de outubro, enquanto conduzia os passageiros pela Estrada Turística do Jaraguá, teve o ônibus em que dirigia parado e incendiado. O companheiro não conseguiu sair do coletivo e sofreu queimaduras graves, foi levado ao hospital Geral de São Mateus, onde faleceu quatro dias depois.

“O que aconteceu com o companheiro Brandão foi um crime de homicídio doloso, sem dúvidas. Essa é uma situação mais grave do que a gente imagina. Nesses coletivos são

transportados cidadãos que dependem desse transporte para realizar suas obrigações diárias, idosos, pais e mães de família que são trabalhadores das mais diversas categorias profissionais e que podem ter algum tipo de deficiência que lhes reduza a mobilidade. Se um ônibus desses é novamente incendiado e a pessoa não consegue sair, choraremos por uma morte que poderia ser evitada?”, desabafa Ricardo Patah, presidente nacional da UGT.

Em novembro passado, o Sindicato dos Motoristas e a UGT realizaram uma paralisação de duas horas nos 29 terminais da cidade de São Paulo que resultou em um encontro com o então secretário de Segurança Pública do Estado, Fernando Grella Vieira. Ele recebeu um documento com propostas feitas pelos trabalhadores visando aumentar a segurança nos coletivos. Entre elas, está a criação de uma comissão de trabalhadores que se reunirão semanalmente para discutir questões referentes ao transporte, além de um disque-denúncia para a população relatar, anonimamente, pessoas que estão colocando fogo em ônibus. “Estamos contando com a participação direta da população, pois a solução não vem só dos poderes públicos se não houver apoio da

sociedade”, enfatiza José Valdevan de Jesus Santos (Noventa), presidente do Sindmotoristas.

O sindicalista salientou que a atividade não foi uma ação visando à prevenção patrimonial pois os ônibus são ferramentas de trabalho da categoria e essenciais para toda a cidade. A atividade do Sin-

dicato, especificamente neste caso, tem como objetivo a ampliação da segurança para a população que utiliza os transportes públicos e para os trabalhadores e trabalhadoras do setor. “As ações tanto do sindicato quanto da UGT não são restritas apenas a uma categoria profissional. Neste caso dos mo-

toristas, estamos reivindicando segurança para toda a sociedade, pois nos ônibus viajam padeiros, comerciantes, pedreiros, entre outros”, explica Noventa.

Segundo Francisco Pereira (Chiquinho), secretário nacional de Organização e Políticas Sindicais da UGT, é preciso encontrar soluções

para esse problema. O que a Secretaria de Segurança Pública apresentou como proposta e as ideias que foram incorporadas do Sindicato servem como início para o entendimento no sentido de encontrar mecanismos que possam coibir esse tipo de abuso e de brutalidade contra a sociedade.



# A central que mais cresce no Brasil!



## JUNTE-SE A NÓS! VENHA PARA A UGT!

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador



Rua Aguiar de Barros, 144 - Bela Vista - São Paulo/SP  
CEP 01316-020 - Tel.: 11 2111-7300 - Fax: 11 2111-7301  
[www.ugt.org.br](http://www.ugt.org.br)  
RICARDO PATAH, presidente

## UGTs ESTADUAIS



### Regiões

#### Norte

**ACRE**  
**Presidente: Maria Altinizia Santos Santana**  
Rua Minas Gerais, 412 - CEP: 69900-315 - Centro - Rio Branco/AC  
Tels.: (68) 3224.3471 / 8401.1600 / 8402.5009 - E-mails: ac@sinttelacre.com / tinamaria@brturbo.com.br

**AMAZONAS**  
**Presidente: Antonio Mardonio de Albuquerque**  
Rua Tarumã, 779 - CEP: 69025-040 - Centro - Manaus/AM  
Tel.: (92) 3184.8546 - E-mail: ugtamazonas@gmail.com / ningou@uol.com.br  
Home Page: [www.ugtamazonas.com.br](http://www.ugtamazonas.com.br) - Facebook: [www.facebook.com/ugtam.barbosadossantos](https://www.facebook.com/ugtam.barbosadossantos)

**Rondônia**  
**Presidente: Francisco de Assis de Lima**  
Rua Buenos Aires, 1646 - Bairro Nova Porto Velho - CEP: 76820-138 - Porto Velho/RO  
Tels.: (69) 3222.5414 - E-mail: ugtrovh@gmail.com

**TOCANTINS**  
**Presidente: Célio Mascarenhas Alencar**  
Quadra 104 Norte - Rua NE 11 - N° 40 - Plano Diretor Norte - CEP: 77006-030 - Palmas/TO  
Tel.: (63) 3215.1052 - E-mail: ugt-to@ugt.org.br / celioalencar@yahoo.com.br  
Home Page: [www.ugt-to.org.br](http://www.ugt-to.org.br)

**AMAPÁ**  
**Presidente: Amiraldo da Silva**  
Av. Iracema Carvão Nunes, 644 - Centro - CEP: 68900-090 - Macapá/AP  
Tel.: (96) 3222.1036 / 3223.5394 - E-mail: ugt-ap@ugt.org.br

**PARÁ**  
**Presidente: José Francisco de Jesus Pantoja Pereira**  
Av. Gentil Bitencourt, Alameda José Faciola, 262 - Bairro Nazaré - CEP: 66040-180 - Belém/PA  
Tels.: (91) 3222.2120 - E-mail: ugtpa@yahoo.com.br

**RORAIMA**  
**Presidente: Fabiano Antonio da Silva Xavier**  
Rua Dr. Rubem Lima Filho, 524 - Cambara - CEP: 69313-335 - Boa Vista/RR  
Tels.: (95) 3224.4600 / 3626.2128 - E-mail: siticop-rr@hotmail.com / fabianoxavier2@hotmail.com

#### Nordeste

**CEARÁ**  
**Presidente: Agenor Lopes da Silva**  
Avenida Presidente Castelo Branco, 168 - CEP: 60010-000 - Centro - Fortaleza - CE  
Tel.: (85) 3253.1558 - E-mail: ugtce@yahoo.com.br

**PARAÍBA**  
**Presidente: Romero Baunilha Neto**  
R. Rodrigues de Aquino, 14 - Centro - CEP: 58013-030 - João Pessoa/PB  
Tel.: (83) 3222.5429 - E-mail: ugtpb.paraiba@gmail.com

**PIAUI**  
**Presidente: Celso Henrique Barbosa Lima**  
Rua Magalhães Filho, 941 - Térreo - M Paranguá - CEP: 64.002-450 - Terezina/PI  
Tel.: (86) 3223.9719 - E-mail: ugtpi@hotmail.com

**SERGIPE**  
**Presidente: Ronildo Torres Almeida**  
Av. Doutor Carlos Firpo, 284 - Centro - CEP: 49010-250 - Aracaju/SE  
Tels.: (79) 3214.0906 / 3211.4216 - E-mail: ugtse79@hotmail.com

**BAHIA**  
**Presidente: Magno Rogério Carvalho Lavigne**  
Rua Maciel de Cima, 02 - Largo Terreiro de Jesus - Pelourinho - CEP 40026-250 - Salvador/BA  
Tels.: (71) 3328.0885 - E-mails: [secretariaugtba@gmail.com](mailto:secretariaugtba@gmail.com) / [magnolavigne@gmail.com](mailto:magnolavigne@gmail.com)  
Home Page: [www.ugtba.com.br](http://www.ugtba.com.br) - Facebook: [www.facebook.com/ugtba](https://www.facebook.com/ugtba)

**MARANHÃO**  
**Presidente: Weber Henrique Nascimento Marques**  
Av. Mascarenhas de Moraes- BL 15 - Casa 1 - Bairro Alemanha- CEP: 65.036-810 - São Luiz/MA  
Tels.: (98) 3221.2018 - E-mail: ugtdomaranhao@hotmail.com

**PERNAMBUCO**  
**Presidente: Luiz Gustavo de Pádua Walfrido**  
Rua da Concordeia, 381 - São José - CEP: 50020-050 - Recife/PE  
Tels.: (81) 3224.6045 - E-mail: ugt.pernambuco@gmail.com - Home Page: [www.ugtpe.org.br](http://www.ugtpe.org.br)

**RIO GRANDE DO NORTE**  
**Presidente: João Maria Pereira dos Santos**  
Av. Nascimento de Castro, 03 - Galeria Ville - Bairro: Dix Sept Rosado  
CEP: 59052-300 - Natal/RN - Tels.: (84) 3213.4919 - E-mail: ugrn@hotmail.com  
Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Ugt-Rio-Grande-D-Norte/36391456370105?ref=ts>

#### Centro-Oeste

**BRASÍLIA**  
**Presidente: Isau Joaquim Chacon**  
Avenida W4 Sul - Sep 707/907 - Lote E - Conjunto C - Edifício San Marino  
CEP 70390-078 - Brasília/DF - Tel.: (61) 3225.0227 - E-mail: [ugtbrasilia@gmail.com](mailto:ugtbrasilia@gmail.com)  
Home Page: [www.ugtbrasilia.com.br](http://www.ugtbrasilia.com.br) - Facebook: [www.facebook.com/ugtbrasilia](https://www.facebook.com/ugtbrasilia)

**MATO GROSSO**  
**Presidente: Cledison Gonçalves da Silva**  
Rua Pedro Dorileu, 359 - Bairro Dom Aquino - 78015-150 - Cuiabá - MT  
Tel.: (65) 3641.3076 / 2127.9154 - E-mail: ugtmt@hotmail.com

**GOIÁS**  
**Presidente: Manoel do Bomfim Dias Sales**  
Rua 23, nº 419, Sala 06 - Edifício 28 de Agosto - Centro - CEP: 74015-120 - Goiás/GO  
Tel.: (62) 3645.6500 / 3432.0179 - E-mail: [ugtgoias@gmail.com](mailto:ugtgoias@gmail.com)  
Facebook: [www.facebook.com/ugtgoias.ugtgoias](https://www.facebook.com/ugtgoias.ugtgoias)

**MATO GROSSO DO SUL**  
**Presidente: Jefferson Borges Silveira**  
Rua Guaratuba, 27 - Vila Sobrinho - CEP 79110-220 - Campo Grande/MS  
Tels.: (67) 3325.8744/0853 - E-mail: ugt-ms2011@hotmail.com

#### Sudeste

**ESPÍRITO SANTO**  
**Presidente: Ari George Floriano de Siqueira**  
Rua Raimundo Gama Fortaleza, 15, 2º piso, Bairro do Cruzamento/Romão  
CEP: 29041-324 - Vitória/ES - Tel.: (27) 3024.1810/1811/1812  
E-mails: [ugt.es.ugt@gmail.com](mailto:ugt.es.ugt@gmail.com)  
Facebook: [www.facebook.com/uniao.dostrabalhadores](https://www.facebook.com/uniao.dostrabalhadores)

**RIO DE JANEIRO**  
**Presidente: Nilson Duarte Costa**  
Rua Camerino, 128 - grupo 601 / 602 / 702 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20080-010  
Tels.: (21) 2223.2656 / 2233.7849 - E-mail: [ugt-rj@hotmail.com](mailto:ugt-rj@hotmail.com) / [nilsonduartecosta@ig.com.br](mailto:nilsonduartecosta@ig.com.br)  
Home Page: [www.ugtrj.com.br](http://www.ugtrj.com.br) - Facebook: [www.facebook.com/ugt.riodejaneiro](https://www.facebook.com/ugt.riodejaneiro)

**MINAS GERAIS**  
**Presidente: Paulo Roberto da Silva**  
Rua Carijós, nº 244 - 5º andar, sala 513 - Edifício Walmap - Centro - CEP: 30120-900  
Belo Horizonte/MG - Tel.: (31) 3222.2631 - E-mail: [ugtminasgerais@gmail.com](mailto:ugtminasgerais@gmail.com)  
Home Page: [www.ugtminas.org.br](http://www.ugtminas.org.br)

**UGT SÃO PAULO**  
**Presidente: Luiz Carlos Motta**  
Rua Mituto Mizumoto, 320 - Liberdade - CEP: 01513-010 - São Paulo/SP  
Tels.: (11) 3060.6600 - E-mail: [presidencia@fecomerciariorj.org.br](mailto:presidencia@fecomerciariorj.org.br)

#### Sul

**PARANÁ**  
**Presidente: Paulo César Rossi**  
Rua 21 de Abril, 315 - Alto da Glória - 80045-160 - Curitiba/PR  
Tels.: (41) 3082.5979 / 3082.5989 - E-mail: [ugt@ugtparana.org.br](mailto:ugt@ugtparana.org.br)  
Home Page: [www.ugtparana.org.br](http://www.ugtparana.org.br)

**SANTA CATARINA**  
**Presidente: Waldemar Schulz Junior (Mazinho)**  
Avenida Santa Catarina, 1508 - Estreito - CEP: 88075-500 - Florianópolis/SC  
Tels.: (48) 3733.4032/4033 - E-mail: [sede@ugtsc.org.br](mailto:sede@ugtsc.org.br) - Home Page: [www.ugtsc.org.br](http://www.ugtsc.org.br)

**RIO GRANDE DO SUL**  
**Presidente: Paulo Roberto Barck**  
Avenida Farrapos, 1358 - Floresta - CEP: 90220-001 - Porto Alegre/RS  
Tels.: (51) 3557.1123 - E-mail: [assessoria@ugtrs.org.br](mailto:assessoria@ugtrs.org.br) / [secgeral@ugtrs.org.br](mailto:secgeral@ugtrs.org.br)  
Home Page: [www.ugtrs.org.br](http://www.ugtrs.org.br) - Facebook: <https://www.facebook.com/ugtrs>



**UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES**  
Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador





**UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES**

*Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador*

Rua Aguiar de Barros, 144 - Bela Vista - São Paulo/SP  
CEP 01316-020 - Tel.: 11 2111-7300 - Fax: 11 2111-7301

**[www.ugt.org.br](http://www.ugt.org.br)**

Ricardo Patah, presidente

**BRASIL**

